
Ecologia

Kessy Rizental da Silva

**As técnicas de agricultura tradicional em combinação
com propostas e práticas de Sistemas Agroflorestais:
consensos possíveis ao desenvolvimento sustentável
da Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira (SP)**

KESSY RIZENTAL DA SILVA

AS TÉCNICAS DE AGRICULTURA TRADICIONAL EM COMBINAÇÃO COM
PROPOSTAS E PRÁTICAS DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS: CONSENSOS
POSSÍVEIS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUILOMBOS DE BARRA DO TURVO, VALE
DO RIBEIRA (SP)

Orientador: BERNADETE AP. C. C. OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Ecólogo.

Rio Claro

2013

630
S586t

Silva, Kessy Rizental da

As técnicas de agricultura tradicional em combinação com propostas e práticas de sistemas agroflorestais : consensos possíveis ao desenvolvimento sustentável da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira (SP) / Kessy Rizental da Silva. - Rio Claro, 2013

84 f. : il., figs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro

Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Agricultura. 2. Comunidades quilombola. 3. Coivara. 4. Agroecologia. 5. Conservação da natureza. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Este trabalho é dedicado aos seus
verdadeiros donos: os quilombolas de Barra
do Turvo.

AGRADECIMENTOS

- Aos moradores das quatro comunidades quilombolas que trabalhei em Barra do Turvo. Muito obrigada a todos que me abriram as portas. A todos os cafés, as comidinhas deliciosas, às histórias contadas, a amizade oferecida. Com vocês, aprendi o que é “ser gente”. Tudo o que está escrito nesse trabalho são vocês, ele é de vocês, e para vocês. Gostaria de ter feito por vocês metade do bem que fizeram a mim. Meu muito obrigado a todos, e em especial para a linda família da Nilce, que me acolheu em sua casa.

- Minha orientadora, Bernadete, pelo apoio, por sempre me incentivar e acreditar em meu potencial: sempre que me sentia desacreditada ou perdida, você “acendeu” meu próprio brilho. Mais que uma professora, a “mãe Berna”. Muito obrigada pelo apoio e pelo seu tempo de ajuda ao meu trabalho (que também é seu!), sempre estará em meu coração! Fico imensamente feliz de ter trabalhado com uma pessoa como você.

- A Rafa, que me ajudou tanto nesse trabalho. Te considero uma mentora, minha admiração é grande por ti, nega! Obrigada pela ajuda!

- Aos meus pais, em especial. Aos meus dois pais e as minhas duas mães. Mãe Sabrina, minha melhor amiga, meu outro lado, referência de mulher guerreira, você sempre foi o alicerce da minha vida, me espelho em você. Pai João, meu coração, meu amor infinito, o yin do meu yang, meu herói. Mãe Gi, o carinho que eu sinto por você é imenso, sempre doce e forte, iluminada. Pai-avô Luiz, o pai babão, nunca me senti desamparada com você em minha vida. E principalmente, à minha princesinha Alicia... ainda é muito cedo para você conceber o meu amor por você, mas um dia você entenderá que você é a pessoa mais importante da minha vida. Já tenho a certeza que será uma grande mulher. A toda a minha enorme família, de tios e tias malucos, primos irmãos, vó Alice (a melhor vó do mundo, com certeza!), essa conquista vai para vocês!

- Ao meu companheiro Matheus. Eu te amo. Você me conhece como ninguém. Você viu o processo, sabe como foi. Obrigada por estar aqui. Obrigada por esses 4 anos de parceria!

- A turma de 2008: como sempre dizemos, somos uma família! Incrível esse laço que criamos. Eu amo vocês com todo o meu coração! Vocês me ensinaram verdadeiramente o que é amar um amigo. E mudaram a minha vida. Aos queridos: Véio, Gambé, Lú, Nat, Troínha, Matraquinha, Bambu, Lama, Say, Issa, Tops, Goiaba, Léia, Bizinha, Jack Panceta... *“Amigo é coisa pra se guardaaar do lado esquerdo do peeeitooo...”*.

- A Ecologia, a todos que eu conheci, não só em Rio Claro, mas nessas andanças por aí. Aos meus colegas do campus, alguns amigos que eu jamais esquecerei, alguns rolês que fazem parte da minha formação pessoal.

- Às minhas três casas, que também me fizeram ser que eu sou, e estar onde estou. SAPUCAIA! Os melhores anos foram com vocês... Amanda, Torts, Zeite, Mô, Ruti e PRETUMA. O que compartilhamos foi único, especial, só nós saberemos, só nós sentiremos. No fundo do coração, eu nunca deixarei morrer. A casa da 9 sempre estará lá, os túneis sem fim da Pretuma, os carrapatos pela parede, as baladas, as tardes de Sessão da Tarde e pão de mel.... À minha segunda casa: Tampa, Marj, Dani, Dé e Gab. Como não amar vocês? A gente tinha que tá junto. A gente tá junto pra sempre, no coração. Vai ser difícil continuar longe de vocês. Luz, meus irmãos. E por fim, mas não menos importante, vim-me embora pra Pasárgada! Passei 6 anos frequentando esta casa, e no final, pude compartilhar deste ambiente mágico que guarda tantas histórias que só as paredes sabem!

Mais um ciclo chega ao fim...

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar questões sociais e econômicas do cotidiano de quatro comunidades quilombola (Cedro, Pedra Preta, Ribeirão Grande e Terra Seca) residentes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo (Vale do Ribeira/SP), e levantar o debate acerca da questão da luta pelo reconhecimento da posse da terra frente à saída dos mais jovens da comunidade para as grandes cidades. Através dos dados coletados por meio de levantamento bibliográfico a respeito do tema e entrevistas semiestruturadas com representantes das famílias das quatro comunidades, foi possível discorrer a respeito da problemática da saída dos jovens, que afeta diretamente o futuro dessas comunidades tradicionais, bem como a sugestão de alternativas que visando geração de renda para essas famílias e a inserção e o futuro estabelecimento desses jovens no cotidiano das comunidades. Os resultados deste trabalho mostram que esses quilombolas, bem como seus antepassados, formam comunidades essencialmente rurais e agrícolas, com dinâmica fortemente ligada ao meio natural circundante. Quanto às suas práticas agrícolas, as famílias se dividem em dois grupos: os praticantes da agricultura tradicional, também chamada de “coivara”, e a agroecologia, com Sistemas Agroflorestais bem estabelecidos, onde os agricultores são organizados através de uma cooperativa agroflorestal. Essa divisão agrícola, como mostrado na pesquisa, tem reflexo direto na organização social e econômica das comunidades, bem como no processo de preservação do patrimônio cultural desses grupos. A pesquisa apontou ainda para um grande êxodo dos indivíduos mais jovens das quatro comunidades rumo aos grandes centros urbanos, pela falta de interesse destes na cultura local, ou pela busca por empregos regulares, levantando o questionamento sobre a preservação da cultura e do território quilombola de Barra do Turvo.

Palavras-chaves: comunidades quilombola, coivara, agroecologia, preservação da natureza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 1 – Localização da RDS Quilombos de Barra do Turvo no Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira - SP (UC assinalada na cor preta).....	23
Figura 2 - Placa do ITESP indicando a comunidade quilombola Cedro, da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	24
Figura 3 - Apresentação da intenção de realização do presente trabalho ao Conselho Deliberativo da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	25
Figura 4 - Família do agricultor conhecido como “Ditão” (último, a esquerda): morador tradicional da RDS, liderança quilombola, membro da cooperativa agroflorestal e chefe religioso.....	30
Figura 5 - Sistema Agroflorestal do quilombo Ribeirão Grande.....	32
Figura 6 - Horta em área agrícola de agricultor do quilombo Pedra Preta.....	33
Figura 7 - Horta estabelecida em morro (terreno com declividade acentuada).....	41
Figura 8 - Abil (<i>Lucuma caimito</i>), encontrado em SAF da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	43
Figura 9 - <i>Euterpe edulis</i> , o palmito-juçara, encontrado em SAF da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	44
Figura 10 - Variedade de hortaliças produzidas por agricultor da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	44
Figura 11 - Paisagem de Sistema Agroflorestal no quilombo Cedro.....	46
Figura 12 - Paisagem da região dos quilombos, na RDS Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira.....	53
Figura 13 - Paisagem do quilombo Ribeirão Grande, na RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	55

Figura 14 - Vista da casa de agricultor agroflorestal no quilombo Cedro.....	56
Figura 15 - Sede da Associação do Quilombo do Ribeirão Grande, onde ocorrem também as reuniões mensais do Conselho Deliberativo da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	59
Figura 16 - Pequena casa feita de barro, prática comum aos antepassados das famílias das comunidades da RDS: a residência de alvenaria onde dormem os familiares foi erguida ao lado do casebre, que foi preservado como a cozinha.....	61
Figura 17 - A agricultora agroflorestal conhecida como “Dona Joana” ao lado de sua taipa: uma das mais antigas residentes entre as quatro comunidades.....	63
Figura 18 - Fogão de barro (“taipa”) recebendo a manutenção.....	69

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Escolaridade dos entrevistados das comunidades quilombola analisadas.....	28
Tabela 2 – Mão de obra utilizada nas áreas de cultivo.....	34
Tabela 3 – Porque não utilizar agrotóxicos?.....	35
Tabela 4 – Destino da produção agrícola das famílias das quatro comunidades quilombolas.....	39

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS.....	19
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	20
3.1 Caracterização da área de estudo.....	20
3.1.1 O Vale do Ribeira.....	20
3.1.2 O município de Barra do Turvo (SP).....	21
3.2 Levantamento socioambiental nas quatro comunidades quilombolas da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	24
3.3 Os sujeitos da pesquisa.....	26
4. RESULTADOS OBTIDOS.....	27
4.1 As comunidades da RDS Quilombos de Barra do Turvo e seu modo de vida.....	27
4.2 O papel da agricultura na subsistência das famílias.....	30
4.3 Os problemas relacionados à produção agrícola.....	39
4.4 Culturas e criações.....	42
4.5 Agroecologia e agricultura de coivara: duas vertentes agrícolas.....	45
4.6 O reflexo da produção agrícola na qualidade de vida das famílias da RDS.....	48
4.7 A presença de latifúndios particulares na RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	50
4.8 As comunidades quilombolas e sua relação com o meio.....	52
4.9 Associações quilombolas.....	58
4.10 Herança cultural, tradicionalidade e a identidade quilombola.....	60
4.11 A “exceção” entre as famílias: o caso da família artesã.....	64
4.12 Juventude quilombola da RDS Quilombos de Barra do Turvo.....	66
4.13 Educação e valorização do trabalhador rural: caminhos para a permanência da juventude.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

ANEXO A – Roteiro das entrevistas.....	80
--	----

1 INTRODUÇÃO

O atual sistema de produção de alimentos atende a uma grande demanda, resultado do rápido crescimento populacional e do consequente aumento do consumo. De acordo com Carvalho (1993), entre os anos de 1940 e 1970, o Brasil apresentou um rápido processo de incremento demográfico, tendo a população total brasileira passado de 41 para 93 milhões de pessoas, com taxa média de crescimento de 2,8% ao ano. Para acompanhar esse crescimento, é preciso aumentar concomitantemente a produção de alimentos, e consequentemente, as áreas destinadas à agricultura. Contudo, segundo Girardi (2008), dados obtidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) mostram que no ano de 1998, 23% da área total potencialmente explorável no Brasil não era explorada até então, e que a maior proporção de terras não exploradas encontra-se em latifúndios. Esses dados deixam evidente que a maior quantidade de terras potencialmente produtivas está na mão dos grandes proprietários, muitas vezes abandonadas ou voltadas para as monoculturas, minando a diversidade genética agrícola e marginalizando o pequeno produtor rural no processo de produção.

Historicamente, podemos encontrar na “Revolução Verde” as raízes do processo de homogeneização e mecanização de sistemas agrícolas, que possibilitaram a aceleração e aumento na produção. Ocorrido no final dos anos 60, início dos anos 70, este fenômeno fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto mais homogêneo de práticas tecnológicas (MAROUELLI, 2003), apoiada na promessa de aumento de oferta de alimento que proporcionaria a erradicação da fome. Esse novo modelo teve altos índices de sucesso em produtividade, e uma ampla aceitação por parte dos produtores rurais, dado a otimização da produção. Contudo, passado esse momento de euforia trazido pelos resultados “positivos” apresentados pelas novas práticas, alguns questionamentos começaram a ser levantados acerca da viabilidade energética e dos possíveis impactos ambientais decorrentes do uso de insumos químicos, além da evidente estratificação social campesina, onde foram minadas muitas formas de acesso à terra e a recursos, tais como um cultivo

compartilhado, arrendamento do trabalho, acesso a suprimentos de água e pastos (ALTIERI, 1989).

Esses questionamentos serviram como base para o surgimento e/ou fortalecimento de diversos movimentos ao redor do mundo, simultâneos e independentes entre si. Eles tinham como premissas, principalmente, a preocupação com a preservação do meio ambiente e causas humanitárias e de cunho social. Cada um desses segmentos detinham suas particularidades, mas tinham em comum a diversificação e integração das espécies vegetais exploradas, a adoção de sistemas de ciclagem e reciclagem de nutrientes, a não utilização de insumos químicos, a otimização dos recursos energéticos utilizados na lavoura, entre outros. Todos esses conceitos comuns denotam a preocupação crescente na época por sistemas de produção agrícolas que oferecessem aos agricultores alternativas ao domínio até então crescente do sistema de produção convencional excludente.

Como mostra Altieri (1989), o uso contemporâneo do termo “agroecologia” data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia tem a idade própria da agricultura. Ao analisar as técnicas de agriculturas mais antigas, ou de povos tradicionais¹, como indígenas ou quilombolas, nota-se práticas já adotadas por estes anteriormente, que foram incorporadas na teorização da agroecologia, como o processo de rotação de culturas, a utilização de recursos disponíveis na região do cultivo, terras em pousio, entre tantas outras.

Estes sistemas tradicionais de produção agrícola foram desenvolvidos visando o equilíbrio ambiental com o entorno, a preservação dos recursos naturais disponíveis, incluindo rica simbologia e rituais que regulavam o manejo da terra. Entretanto, a visão orgânica da agricultura pertencente a esses povos, e sua interpretação do homem como parte integrante da natureza, foi substituída, ao longo da história, e principalmente depois da Revolução Industrial, por uma visão agrícola mais mecânica e imediatista.

Contudo, ao longo dos últimos anos, como citado anteriormente, notou-se uma crescente corrente que busca formas de produção agrícola que possam estar aliadas à preservação ambiental.

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL. Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007).

Gliessman (2002) propõe que a agricultura do futuro deve ser tanto sustentável como altamente produtiva se se deseja produzir alimentos para uma população humana cada vez mais crescente. Isto significa que não podemos simplesmente abandonar completamente as práticas convencionais e retornar às práticas tradicionais indígenas. Assim, o pesquisador afirma que a agroecologia pode apresentar novos paradigmas para a agricultura, em partes porque praticamente consegue eliminar a distinção entre a geração e produção de conhecimento e sua aplicação.

Para se entender as relações complexas entre a cultura e seu ambiente, devem-se levar em conta os fatores fisiológicos e agronômicos que influenciam a distribuição e adaptação de culturas e espécies determinadas, além de fatores históricos, tecnológicos e socioeconômicos. Cabe ressaltar que o ser humano é parte fundamental no estabelecimento de uma agroecossistema, pois a intervenção humana é capaz de alterar e determinar o fluxo energético do sistema, a ciclagem de nutrientes, etc. Contudo, um sistema convencional e um sistema agroflorestal diferem em alguns pontos: no ciclo dos nutrientes, por exemplo, a perda de nutrientes em um sistema convencional pode ser muito maior que em um sistema sustentável, pois no primeiro, ocorrem processos como lixiviação e erosão do solo com muito mais intensidade (GLIESSMAN, 2002).

Assim, pode-se dizer que tanto a natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do seu povo, como a natureza das pessoas reflete algumas características do ambiente físico e do sistema biológico. No primeiro caso, a organização social, o conhecimento, a tecnologia e os valores locais de uma comunidade têm direta influencia no meio, onde esses povos selecionaram características de espécies por séculos, ajudaram a manter relações biológicas desejáveis, variedades selecionadas e cultivadas de acordo com os valores destes. No segundo caso, onde o meio influencia o homem, vemos terrenos e climas diversificados e seus sistemas biológicos associados demandando diferentes formas de conhecimento, selecionando diferentes formas de organização social, encorajando diferentes valores (ALTIERI, 1989).

Portanto, a agroecologia não é uma ciência exata e não fornece fórmulas aplicáveis a qualquer contexto. Cada agroecossistema é único, com clima, solo, disponibilidade de água e nutrientes distintos, além das características apresentadas pela sociedade que ali se desenvolveu. O modo convencional de produção agrícola não é totalmente negado pela

agroecologia; entretanto, é possível prever que o conhecimento tradicional sofra forte pressão desse sistema convencional, por não se enquadrar na própria ciência ocidental, baseada em hipóteses e aos testes destas hipóteses, já que, comumente, o conhecimento das populações tradicionais é baseado em mitos e cosmologia, na produção empírica de conhecimento (tentativa, erro, aprendizagem seletiva), que muitas vezes não é documentada, mas sim passada oralmente, de geração para geração.

A agricultura é uma das principais atividades das chamadas “populações tradicionais”. Segundo Diegues (2008), essas comunidades sofrem com discriminação e exclusão desde o século passado, com o surgimento de áreas protegidas, nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. Ainda segundo o autor, essa concepção da relação homem/natureza é própria de um tipo de naturalismo, que Moscovici (1974, apud DIEGUES, 2008) denomina de naturalismo reativo. Para essa corrente, homem e natureza são conceitos dualistas, em que um não pode coexistir no mesmo espaço do outro, levando em consideração a natureza destruidora humana. Assim, criam-se “ilhas” de preservação, onde a natureza pode ser reverenciada, mas não tocada, remetendo a um local paradisíaco.

Essas “ilhas” referem-se às chamadas Unidades de Conservação, cujo modelo adotado no Brasil e nos países de terceiro mundo, segundo Arruda (1999), deriva da concepção do *wilderness* citada anteriormente, cuja idéia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano são inevitáveis, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, antes da intervenção humana. Estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas tem pequena participação na tomada dessas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais.

No entanto, essa concepção de preservação onde a natureza permanece intocada foi transposta para os países tropicais como o Brasil, onde a situação econômica, ambiental e cultural é completamente distinta dos países que deram origem a essa concepção, como os Estados Unidos. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (...), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2008). Esse contexto acaba gerando conflitos em diversos âmbitos. As atividades que antes faziam parte do cotidiano dessas populações por diversas gerações passam a ser consideradas inadequadas pelos gestores, ou até mesmo criminalizadas. O conhecimento tradicional é fortemente atrelado à territorialidade, associado ao auto reconhecimento. Com a limitação de suas práticas, esses grupos são obrigados a absorverem novas atividades em prol de sua sobrevivência, e em alguns casos, a migrarem para outras regiões. Culturas que foram construídas e estabelecidas ao longo de muitos anos são enfraquecidas, até a perda da identidade dessas comunidades.

Da mesma forma que são excluídas no processo de implantação de Unidades de Conservação, essas comunidades também são excluídas do sistema agrícola vigente hoje, pois suas práticas não alcançam resultados tão rápidos e em tão larga escala como a agricultura convencional, gerando conflitos rurais nessas localidades. Muitas vezes, essas práticas agregam processos mais lentos, como rotação de cultura ou repouso o solo. Desta maneira, os produtos agrícolas desvalorizam-se frente ao mercado. Suas raízes tradicionais, camponesas e indígenas foram atropeladas pela magnitude dos processos de “modernização conservadora” impulsionados por enormes quantidades de recursos públicos e privados (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

No caso das comunidades tradicionais quilombolas, que são tratadas no presente trabalho, a técnica mais utilizada em suas áreas de roçado é a chamada “agricultura de coivara”, também denominada de agricultura itinerante, de pousio ou de corte-e-queima (PEDROSO JR., 2008). O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade (SIMINSKI; FANTINI, 2007). Essas práticas hoje já não são mais aceitas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável onde estão comumente localizadas as população tradicionais. As RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável) fazem parte de uma categoria de Unidade de Conservação denominada Unidades de Uso Sustentável,

instituída pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) através da Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000 (BRASIL, 1988), em que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. São geridas por um Conselho Deliberativo (presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área), onde “é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área”.

Como cita Haddad e Garavello (2010), as roças de coivara são inviabilizadas pela aplicação das normas ambientais infraconstitucionais, já que as mesmas proíbem o uso de fogo (Código Florestal), não permitem o cultivo em áreas ciliares (Código Florestal), assim como só autorizam a supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica (Lei da Mata Atlântica). Sem terem a possibilidade de manejar suas áreas agrícolas como aprenderam, ou com as práticas que elegeram mais viáveis, às comunidades restam poucas opções, como executar as atividades, na eminência de serem repreendidos pelas autoridades fiscalizadoras da RDS, buscarem alternativas para o cultivo das espécies agrícolas, ou até mesmo abandonar as áreas em que residem.

Essa situação de marginalização a que são sujeitadas as populações tradicionais, muitas vezes dentro da própria Unidade de Conservação em que estão inseridas, minimiza o processo de geração de renda para as mesmas, tendo em vista que sua principal atividade é a agricultura. Os membros dessas famílias então, em busca de alternativas, saem de suas residências, na maioria das vezes para os grandes centros urbanos mais próximos, para adquirirem empregos formais, registrados, que tragam para eles a segurança financeira que a agricultura, na situação em que se encontra, não consegue oferecer. O maior fluxo desse êxodo está entre os grupos jovens. Estes não encontram em suas comunidades de origem o aporte necessário em suas regiões para estudarem, se especializarem, e desta maneira, se tornarem profissionais mais valorizados pelo mercado, com melhores salários e condição de vida.

Como citado anteriormente, a agroecologia foi definida por Altieri (1989) como “as bases científicas para uma agricultura alternativa”, indo na contramão do sistema produtivista

iniciado no final da década de 60 com a “Revolução Verde”, intensificado e vigente até a atualidade. Observa-se também que a agroecologia, bem como outras correntes das técnicas agrícolas alternativas, abrangem em seu campo de atuação técnicas tradicionais, utilizadas pelas comunidades anteriormente ao surgimento dessas novas ciências, onde esses grupos eram (e são) capazes de manejar sistemas agrícolas sem grandes danos ao ambiente do entorno, comumente enriquecendo esse entorno. Este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de prova e erro, seleção natural e aprendizagem cultural. Neste campo, a importância da estrutura dos conhecimentos tradicionais, levando em conta a relação do homem com a natureza sem promover degradação ambiental e a validade destes conhecimentos na construção de programas de desenvolvimento sustentável são vistas como alternativas importantes e inclusive como base de sustentação para a pesquisa em Agroecologia (CAPORAL; AZEVEDO, 2011). Torna-se válido, desta maneira, a valorização de práticas ainda executadas pelos povos tradicionais, procurando preservar a identidade e a história desses povos, porém de forma a aperfeiçoar essas práticas gerando renda para as famílias, evitando assim o abandono de suas terras ou a saída da sua força de trabalho.

Tentando fugir desse contexto, onde a agricultura representa o domínio de práticas invasivas e nocivas ao meio ambiente e a exclusão de determinados segmentos da sociedade, encontramos alguns grupos do Vale do Ribeira, se mobilizando para fugir desse sistema convencional e adquirir autonomia e renda perante o governo e a indústria do agronegócio.

Hoje, nessa região, já é possível encontrar diversos estudos e trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento, que procuram resgatar a cultura tradicional dos povos (ribeirinhos, quilombolas, indígenas) e estimular a participação destes no mercado, agregando valor aos seus produtos, para torna-los mais competitivos. Podadera et al. (2010) realizou um trabalho onde, além de revisão bibliográfica, foram entrevistados quatro agricultores que trabalham com sistemas agroflorestais, das cidades de Cajati, Sete Barras, Barra do Turvo e Cananéia. Assim, os dados finais puderam inferir que a renda obtida com sistemas agroflorestais é compatível com a renda de outros modelos agrícolas de agricultores familiares, além de agregar segurança alimentar e bem-estar no exercício da mão-de-obra. Em outro trabalho, Santos (2005) descreve a atividade artesanal com a fibra de bananeira, proposta pelo “Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Agroindústria da Bananicultura no Vale do Ribeira - SP”, nas comunidades quilombolas de Ivaporunduva, André Lopes e Sapatu. A autora conclui que o projeto, através de cursos de capacitação voltados ao uso do resíduo da bananicultura como

matéria prima para produção artesanal, contribuiu para a valorização de uma atividade que muitos quilombolas da região estudada já tinham por vocação, que é a expressão artesanal. Portanto, o projeto incita a uma alternativa favorável ao ambiente, estimulando práticas já antes realizadas, em menor escala, pelas comunidades analisadas.

Ao sul do estado de São Paulo, no município de Barra do Turvo, encontra-se as RDS Quilombos de Barra da Turvo, pertencente ao Mosaico do Jacupiranga, criado pelo Projeto de Lei nº 638/2007 de 21 de Fevereiro de 2008, depois do fortalecimento dos movimentos sociais na região (BIM, 2012). Dentro da Unidade, são encontradas quatro comunidades quilombolas: Cedro, Ribeirão Grande, Pedra Preta e Terra Seca. A economia dessas comunidades rurais é baseada num sistema de complementaridade, com atividades ligadas à agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços. Algumas famílias integram a Cooperafloresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, onde desenvolvem a agrofloresta e o processamento de alguns cultiváveis dos Sistemas Agroflorestais, criam abelhas e fabricam produtos manufaturados a partir do mel produzido (COOPERAFORESTA, 2006). Para Marcon e Sorrentino (2002), fica evidente nessa região que essas famílias estão em busca de alternativas para a reorientação das atividades produtivas, dos usos da natureza e dos modos de relacionamento das sociedades humanas com o meu ambiente.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivos:

- Analisar os sistemas de produção agrícola e questões socioambientais das famílias das comunidades quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos de Barra do Turvo;
- Investigar a relação da identidade quilombola desses grupos com suas práticas agricultáveis e seu modo de vida.
- Sugerir alternativas que visem à geração de renda para essas famílias, incentivando principalmente sua força de trabalho a permanecerem na região, assegurando a soberania territorial das comunidades quilombola da RDS.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

3.1.1 O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira, localizado na região Sudeste do estado de São Paulo, é uma das regiões mais antigas de colonização do país. A região é cortada pelo rio Ribeira de Iguape, e forma um polígono irregular, correspondendo a 10% da área territorial do estado, com 2.830.666 hectares entre o oceano Atlântico e a Serra do Mar. O clima é tropical úmido e com alta precipitação média anual (PETRONE, 1968).

Segundo Resende (2002), a região do Vale do Ribeira é uma região que apresenta duas condições marcantes. A primeira reside em suas características ambientais bem diferentes do resto do estado e mesmo da região Sudeste. Suas condições de solo, clima e relevo ajudaram a condicionar uma ocupação do território diferenciada: ela hoje reúne cerca de metade de toda a vegetação nativa remanescente do Estado de São Paulo, em menos de 7% da área deste. Mais de 60% da região são recobertos por vegetação florestal, concentrando-se ali a maior área dos parques e reservas estaduais. Ao mesmo tempo é uma região com atividade econômica pouco dinâmica, infraestrutura deficiente e os piores indicadores sociais de São Paulo.

São 31 municípios (09 paranaenses e 22 paulistas). Possui uma população de 481.224 habitantes (ISA, 2013), onde habitam o território diversas comunidades remanescentes de quilombos, populações de pequenos agricultores, caiçaras, e outros grupos tradicionais. A economia dessas comunidades rurais é baseada num sistema de complementaridade, com atividades ligadas à agricultura, extrativismo, artesanato, turismo e serviços. Ainda, na região, o processo de concentração de terras é bastante acentuado. A questão fundiária na região foi marcada por violentos conflitos, resultado do processo de concentração de terras em

latifúndios improdutivos, ao lado de grande número de minifúndios. A criação das Unidades de Conservação acentuou os problemas fundiários na região pela falta de regularização fundiária (BIM, 2012).

O Vale do Ribeira destaca-se pelo alto grau de preservação de suas matas e por sua grande diversidade ecológica. São mais de 2,1 milhões de hectares de florestas que equivalendo a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil, a maior área contínua desse ecossistema no país. Possuem ainda 150 mil hectares de remanescentes de restingas e 17 mil hectares de manguezais (ISA, 2013). Esse contínuo de vegetação apresenta alto nível de biodiversidade, incluindo níveis genéticos de espécies, de comunidades e ecossistemas, bem como a presença de espécies-chaves e endêmicas de fauna e flora, que requerem todos os esforços para a sua conservação.

As principais atividades econômicas da região são a agricultura da banana, a pesca e o artesanato (SANTOS, 2005).

3.1.2 O município de Barra do Turvo (SP)

Barra do Turvo, um dos 31 municípios da região do Vale do Ribeira, configura-se essencialmente rural. Localiza-se a uma latitude 24°45'23" sul e a uma longitude 48°30'17" oeste (Figura 1). Sua população estimada em 2004 era de 8.613 habitantes. O IDH médio do município é de 0,641, um índice considerado baixo (PNUD, 2010).

O grau de urbanização é de apenas 41,06%, contra 95,94% do Estado. O crescimento populacional também é baixo. Entre 2010 e 2013, a população desse município decresceu, em média, -0,19% ao ano, enquanto a população do Estado cresceu 0,87% (SEADE, 2013). Vale ressaltar que o município possui ligação com a rodovia BR-116 (Rodovia Régis Bittencourt), importante via de acesso para escoamento de produtos agrícolas produzidos pelos agricultores da região.

A área total do município é de 101.300 hectares, contando com 53.375 hectares de área ocupada por vegetação nativa, correspondendo a 52,69% do território municipal (SMA, 2013). Por contar com mais da metade de seu território recoberto por vegetação nativa é que esse município assume grande importância frente a propostas que visem à preservação ambiental na região. Barra do Turvo ainda é contemplada pela presença de dois rios, o Rio Turvo e o Rio Pardo. Por causa deste contingente ambiental, e por dispor ainda de

comunidades consideradas tradicionais de remanescentes de quilombos é que foram criadas na região do município diversas Unidades de Conservação. São dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Três Áreas de Proteção Ambiental, o que corresponde a mais de 70% do território do município e lhe proporciona mais de R\$ 3 milhões de ICMS Ecológico por ano (SMA, 2013).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo

Como citado anteriormente, o município de Barra do Turvo (SP) conta com diversas categorias de Unidades de Conservação, dentre elas três Reservas de Desenvolvimento Sustentável. São elas: RDS Quilombos de Barra do Turvo, RDS Barreiro Anhemas e RDS Pinheirinhos.

No presente trabalho, será analisado o caso da RDS Quilombos de Barra do Turvo e suas comunidades. Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma categoria de Unidade de Conservação que se enquadra nas Unidades de Uso Sustentável, onde estas abrigam grupos reconhecidamente tradicionais, que possuem modo de vida atrelado ao meio natural local e exploram os recursos naturais de modo sustentável, desenvolvidos e difundidos ao longo de gerações. No caso da RDS em questão, esta é ocupada por comunidades de remanescentes de negros escravizados, que se estabeleceram na região ainda no século XIX.

Quatro comunidades quilombolas são encontradas na RDS Quilombos de Barra do Turvo (Figura 2): Cedro, Ribeirão Grande, Terra Seca e Pedra Preta. As comunidades localizam-se na rodovia SP 287 (ligação entre a rodovia Régis Bittencourt e o município de Iporanga), entre a cidade de Barra do Turvo e a BR-116, aproximadamente no Km 09, distando cerca de 150 km de Curitiba e 320 km de São Paulo (BORN, 2012).

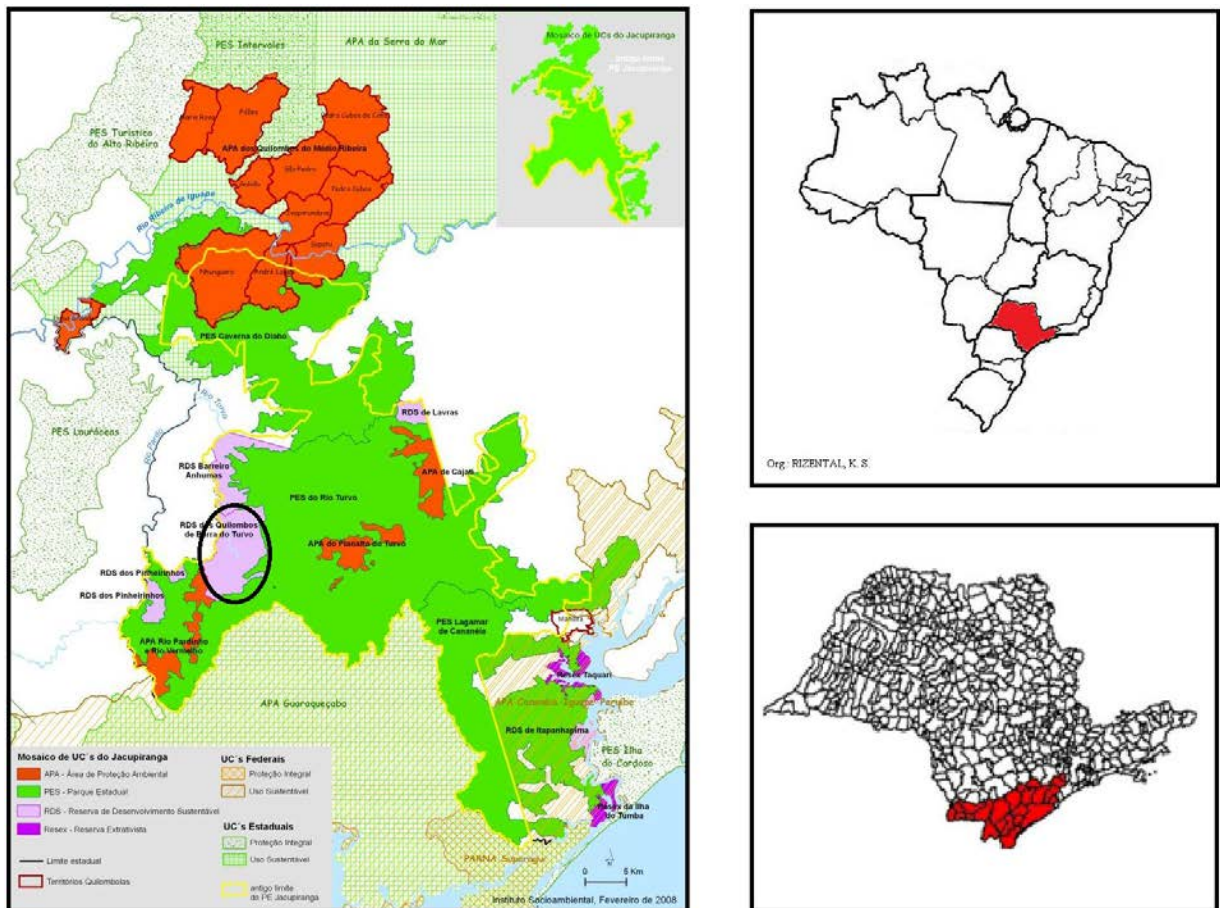


Figura 1 - Localização da RDS Quilombos de Barra do Turvo no Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira - SP (UC assinalada na cor preta)

Fonte: Instituto Socioambiental

Essas quatro comunidades são essencialmente rurais e agrícolas, e dividem-se na reprodução da agricultura de maneira tradicional, com a chamada agricultura de “corte e queima” (ou coivara, termo corriqueiramente utilizado neste trabalho), e da Agroecologia, com Sistemas Agroflorestais (SAF’s). Cada uma das quatro comunidades possui uma Associação Quilombola, um órgão representativo criado e gerado pelos próprios moradores na defesa do território quilombola, cada qual com um representante (presidente).



Figura 2 – Placa do ITESP indicando a comunidade quilombola Cedro, da RDS Quilombos de Barra do Turvo
Fonte: Kessy Rizental (2012)

3.2 Levantamento socioambiental nas quatro comunidades quilombolas da RDS

Quilombos de Barra do Turvo

Foi elaborada uma pesquisa onde se procurou analisar a trajetória de vida de quilombolas das quatro comunidades da RDS. Através dela pôde-se captar o processo de memória e reflexão crítica do pesquisado sobre suas vivências ocorridas em conjunturas sociais específicas, valores e expectativas desses agricultores com relação aos fatos vivenciados pelos quilombolas durante os anos de luta pelo reconhecimento do território e ao futuro das gerações mais jovens dentro das comunidades (VIERTLER, 2006). Também foram investigados aspectos como as práticas agrícolas das famílias analisadas, a identificação e a preservação da herança cultural dessas famílias, as relações com o meio natural circundante e as perspectivas que estes têm sobre seu futuro pessoal e o do território quilombola.

Para obtenção das informações, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas acompanhadas de visitas às residências de cada um dos agricultores selecionados. As entrevistas cumprem o papel de instrumento básico para a coleta de dados na presente pesquisa. De acordo com (LÜDKE & ANDRÉ, 1986 apud SILVA, 2008):

“(...) A entrevista semiestruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. (...) Na entrevista a relação que se cria é de

interação. (...) O entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo é a verdadeira razão da entrevista. (...) A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (...) A entrevista semiestruturada permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.”

O roteiro das entrevistas (ANEXO A) foi elaborado com base no trabalho de Silva (2008). Para a realização da pesquisa, foi necessária uma significativa aproximação entre pesquisadora e quilombolas, esta aproximação sendo também pré-requisito estabelecido pelos próprios agricultores e pelo Conselho Deliberativo da RDS Quilombos de Barra do Turvo. Foi então realizada uma apresentação sobre o trabalho da pesquisadora na reunião do Conselho Deliberativo no mês de Julho de 2012 (Figura 3), anterior ao campo, para exposição dos objetivos do trabalho. Após aprovação do Conselho, os trabalhos de campo puderam ser iniciados.



Figura 3 – Apresentação da intenção de realização do presente trabalho ao Conselho Deliberativo da RDS Quilombos de Barra do Turvo

Fonte: Kaizer J. F. Alves (2012)

As entrevistas foram realizadas entre os dias 22 a 26 de Julho de 2012, no horário 09h00min da manhã às 17h00min da tarde. Juntamente com a coleta dos dados através das entrevistadas, foi feito registro em imagens (fotografias) das áreas agrícolas de cada família e das mesmas. Também utilizou-se um caderno de anotações para registro de observações pertinentes. As entrevistas foram todas realizadas pela própria pesquisadora, com o auxílio dos filhos de uma das lideranças dos quilombos, e da filha de outra quilombola, os quais guiaram a pesquisadora através dos quilombos, acompanhando-a pelas residências.

Para Oliveira e Oliveira (1988), o pesquisador deve adotar uma dupla postura: de observador crítico e de participante ativo. Seu objetivo é colocar as ferramentas científicas de

que se dispõe a serviço do movimento social com o qual está comprometido. Porém, deve-se estar atento ao risco de haver uma identificação excessiva entre o entrevistado e o pesquisador. Este pode perder o foco do trabalho, além de poder causar algum tipo de confusão à reflexão crítica do pesquisador.

3.3 Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com base na metodologia de amostragem aleatória simples utilizando uma amostra de 10% do total de famílias encontradas em cada uma das quatro comunidades de RDS Quilombos de Barra do Turvo. Portanto, foram entrevistados um representante do seguinte número de famílias (respeitando a metodologia de 10% do total das famílias de cada comunidade): 03 famílias no quilombo Cedro (total de 24 famílias); 07 famílias no quilombo Pedra Preta (total de 82 famílias); 04 famílias no quilombo Terra Seca e 03 famílias no quilombo Ribeirão Grande, contabilizando juntos um total de 77 famílias – território único, comunidades diferentes (informação verbal¹)². As famílias foram selecionadas aleatoriamente, sem qualquer pré-requisito, senão simplesmente residir em umas das quatro comunidades da RDS. O sujeito selecionado em cada residência teria que ser um dos chefes da família (pai ou mãe). Por fim, as quatro comunidades foram analisadas como um conjunto único, sem serem comparadas entre si.

Vale ressaltar que os entrevistados tiveram total liberdade para deixarem de responder a qualquer pergunta que lhe trouxesse algum desconforto. Cada um destes assinou o TCLE (Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento) estando, portanto, cientes desta condição, e concordando com sua participação na pesquisa. O projeto de pesquisa foi previamente avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da presente instituição de ensino, e aprovado pelo mesmo. Além disso, as visitas às residências dos entrevistados não foram programadas, ficando subjugadas à disponibilidade de cada potencial entrevistado.

² Informação fornecida por Nilce de Pontes Pereira, liderança do quilombo Ribeirão Grande, em julho de 2012

4 RESULTADOS OBTIDOS

4.1 As comunidades da RDS Quilombos de Barra do Turvo e seu modo de vida

Foram realizadas 17 entrevistas nas quatro comunidades quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Quilombos de Barra do Turvo”, sendo 10% do número total de famílias residentes em cada comunidade, segundo a metodologia aplicada no presente trabalho. Das 17 entrevistas, cinco foram realizadas com homens (29,41%), e doze com mulheres (70,59%). As mulheres demonstraram maior interesse e disponibilidade em participar das entrevistas; isso se deve, provavelmente, a faixa de horário em que as entrevistas foram realizadas: entre as 09h00min da manhã às 17h00min da tarde, em que as mulheres se encontravam em sua residência preparando o almoço ou cuidando de seus filhos. Esse fato evidencia a clara divisão organizacional por sexo nas atividades das famílias. Brumer e Anjos (2008) afirmam que no processo de socialização profissional no campo, há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” das atividades agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”. Estas, embora incluam a produção para o autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. Seu papel nas atividades agrícolas assume caráter de “ajuda”, enquanto fica estabelecido intrinsecamente sua principal responsabilidade como sendo a manutenção do lar e dedicação às crianças.

A faixa etária média entre os entrevistados é de 54,8 anos, sendo o mais velho a ser entrevistado com 79 anos, e o mais novo com 34 anos. Dentre os entrevistados, 100% disseram ter filhos, onde a média é de 4.76 filhos por família. A maior parte dos integrantes das quatro comunidades quilombolas declarou terem nascido nessas mesmas comunidades; porém, 23,5% dos entrevistados afirmaram não terem nascido nas comunidades, dentre eles,

dois são de outros municípios da região do Vale do Ribeira, um do interior do estado de Minas Gerais, e um último que não declarou de onde veio, contudo, alegou morar na comunidade a mais de 25 anos. Esses moradores naturais de outras localidades que não os quilombos em questão foram “naturalizados” pelos próprios quilombolas, ou seja, foram agregados pela comunidade por afinidade ou por representar papel importante na estrutura organizacional, e como estão a um longo tempo residindo no local, já são considerados membros ativos dessa sociedade.

No âmbito da educação, a maior parte dos entrevistados afirmou terem frequentado a escola somente um ano ou menos, ou seja, podem ser classificados como analfabetos funcionais (só assinam o nome). Entre os entrevistados, a escolaridade identificada encontra-se na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Escolaridade dos entrevistados das comunidades quilombola analisadas

Escolaridade	Nº de entrevistados	Porcentagem (%)
Analfabeto funcional	07	59,23
Ensino fundamental completo	06	35,29
Ensino médio completo	01	5,88
Não responderam	03	17,64
Total	17	100

Fonte: Kessy Rizental (2013)

Com base na Tabela 1, é possível notar que 35,29% dos entrevistados possui ensino fundamental completo. Entretanto, a maior parte dos sujeitos da pesquisa pode ser classificada como analfabetos funcionais, correspondendo a 59,23%. Destes agricultores que frequentaram pouco tempo a escola, vale ressaltar que, segundo os depoimentos, essas aulas normalmente eram dadas nos sítios, e não na escola. Poucos conseguem concluir o ensino médio (nesse caso, somente uma pessoa), e nenhum deles cursou o ensino superior. O baixo nível de escolarização é um caso grave entre a população rural em geral e tem sido uma preocupação

para os movimentos camponeses. De acordo com Rigotti (2001), a participação nas séries do ensino básico nas áreas rurais do país está muito aquém das áreas urbanas. Embora as taxas de participação estejam crescendo mais rapidamente no meio rural, estas áreas continuam diante da necessidade de garantir a extensão das oportunidades educacionais à população em idade escolar, bem como a retenção dos estudantes por tempo suficiente para que possam concluir sua educação básica.

É importante lembrar que a faixa de idade média dos entrevistados é alta, o que significa que a idade escolar dessas pessoas se passou há alguns anos, onde a situação socioeconômica da região era diferente. Quando essas famílias se estabeleceram, a região oferecia condições precárias, esses grupos não tinham acesso à energia elétrica, saneamento ou infraestrutura como escolas, postos médicos, etc. (como contam em depoimentos). Atualmente, principalmente com o reconhecimento das terras quilombolas em Barra do Turvo (SP), os indicadores de qualidade de vida vêm se alterando, mostrando que as gerações mais novas hoje podem contar com serviços antes indisponíveis para seus antepassados, como mostra o estudo de Pedrosa Júnior et al (2008) em nove comunidades de remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira (André Lopes, Galvão, Ivaporunduva, Maria Rosa, Nhunguara, Pedro Cubas, Pilões, São Pedro e Sapatu) realizado entre os anos de 2003 a 2005, que revelou que 42,7% dos quilombolas adultos entrevistados afirmavam ser analfabetos, enquanto o percentual dos filhos co-residentes nas comunidades matriculados regularmente em escolas atingiu os 98%.

Nas quatro comunidades quilombolas analisadas neste trabalho, esse fato se evidenciou no depoimento dos agricultores, onde era constante estes afirmarem que seus filhos frequentaram ou frequentam escolas da região. O entrevistado nº 01 afirma que todos os seus filhos possuem ensino médio completo, onde o caso mais curioso é o caso de seu filho mais velho, que além de ter se formado no ensino médio, atualmente cursa o ensino superior. O fato relevante é a formação que este buscou. O filho do entrevistado nº 01 trabalha com o pai e com o restante da família na área de produção agrícola do grupo (área agroflorestal), e seu curso superior é na área agrícola, mais especificamente na área de Sistemas Agroflorestais. Isso demonstra o interesse dos mais jovens na busca pela capacitação, para saírem do estado de “mão-de-obra” e se tornarem profissionais especializados, gerindo com maior segurança e conhecimento técnico a produção de sua própria família, possibilitando que essas famílias conquistem autonomia na gestão dos recursos produzidos em suas áreas. Como o entrevistado

nº 01, a entrevistada nº 06 citou que um de seus filhos também cursa o ensino superior atualmente.



Figura 4 – Família do agricultor conhecido como “Ditão” (último, à esquerda): morador tradicional da RDS, liderança quilombola, membro da cooperativa agroflorestal e chefe religioso

Fonte: Kessy Rizental (2012)

A atividade de subsistência majoritária nas quatro comunidades é a agricultura. Porém, quando questionados a respeito de trabalhos externos às suas áreas familiares, seja como fator principal para sobrevivência ou para complementação da renda, muitos afirmaram possuírem alguma outra atividade ou terem um membro da família trabalhando fora da área de cultivo familiar. Entre esses entrevistados, dois membros de duas famílias distintas trabalham na empresa Autopista Régis Bittencourt fazendo a manutenção da rodovia Régis Bittencourt (essa atividade, exercida por esses membros, tem caráter complementar para a renda familiar dessas famílias).

4.2 O papel da agricultura na subsistência das famílias

Quanto à subsistência das famílias, 16 das 17 famílias (94,12%) têm como atividade econômica principal a agricultura. Essa única família que não vive da agricultura, possui como atividade principal o artesanato (as atividades desta família serão discutidas no item

4.11). A predominância da atividade agrícola nas quatro comunidades da Unidade de Conservação se deve ao fato desta também ter sido a atividade principal dos antepassados dessas famílias: A totalidade dos depoimentos evidenciam a presença de agricultores entre os antigos. Agricultura sempre foi a principal fonte de renda das famílias dos quilombos de Barra do Turvo e tradicionalmente de outros quilombos.

Quando se trata de quilombos, a agricultura é comumente caracterizada como sendo de “corte e queima”, conhecida na Mata Atlântica como coivara, identificada pela abertura de clareiras na floresta e pelo tempo de pousio, onde após a colheita, os agricultores deixam a terra “descansar”, ou seja, abandonam as terras por um determinado período para que haja a recuperação do solo onde a floresta se regenera (BORN, 2012). Essa atividade foi passada pelos mais velhos aos mais novos por diversas gerações, onde, com o passar do tempo, novas práticas puderam ser incorporadas às práticas tradicionais para que o cultivo fosse otimizado, seja por testes empíricos, seja com o auxílio de técnicos do governo e profissionais especializados.

Além do cultivo tradicional, pôde ser reconhecido em cada lote de terra das famílias das quatro comunidades o cultivo agroflorestal, ou seja, a presença de Sistemas Agroflorestais (Figura 5). Assim, contabilizou-se que seis famílias possuem SAF (35,29%). Porém, a maioria das atividades agrícolas das quatro comunidades concentra-se nas práticas do roçado.

Na região de Barra do Turvo encontra-se a cooperativa agroflorestal denominada “Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR”, conhecida como Cooperafloresta. Criada no ano de 1996, a cooperativa procura caminhar em busca do fortalecimento da agricultura familiar, visando à construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social através de alternativas de produção e de renda (COOPERAFORESTA, 2006).



Figura 5 – Sistema Agroflorestal do quilombo Ribeirão Grande
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Com uma economia essencialmente agrícola, é identificada na região a atuação de programas do governo com forte influencia na economia local. O PAA é a sigla para o Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O governo compra alimentos da agricultura familiar com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, no qual esses alimentos recolhidos são destinados a restaurantes populares, bancos de alimentos, merendas escolares, entre outros (MDS, 2010). Em geral, a maior parte dos agricultores dessas comunidades que praticam a agricultura de coivara possui em sua área agrícola uma horta destinada para o fornecimento ao PAA, assim como alguns agricultores agroflorestais (Figura 6).

Outro programa atuante na região é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, e visa o fortalecimento do agricultor familiar. Este programa abrange um grupo maior de agricultores, tanto tradicionais quanto agroflorestais.

Enquanto o principal destino da produção agrícola dos produtores tradicionais são os programas governamentais, bem como feiras e atravessadores, os agricultores agroflorestais destinam seus produtos para a cooperativa, que realiza o processamento e a distribuição dos alimentos, apresentando-se como uma alternativa frente à dependência do poder público.



Figura 6 – Horta em área agrícola de agricultor do quilombo Pedra Preta
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Quando questionados sobre a regularização de seus lotes de terra, 14 dos 17 entrevistados contaram serem donos do próprio lote, e apenas um afirmou ter a Escritura de Compra e Venda, porém, o terreno ainda não se encontra regularizado (duas pessoas optaram por não responderem sobre essa questão). Esses lotes variam entre 3,63 e 36,3 hectares, contudo poucos se disponibilizaram em responder acerca da questão do tamanho de suas terras por não se lembrarem dos dados, em sua maioria.

A questão acerca da propriedade da terra em comunidades quilombolas, sobretudo em Unidades de Conservação, é controversa e polêmica no universo constitucional. Vários mecanismos são usados pelo governo para a regularização de terras, sendo os mais comuns a reforma agrária – quando as terras a serem regularizadas são públicas – e processos de usucapião, quando se tratam de regularização em terras particulares. A demarcação de territórios quilombolas pode ser considerada um mecanismo de regularização fundiária, uma vez que o último passo desse processo é a titulação das terras dessas comunidades em nome de uma associação comunitária (BORN, 2012). Sendo assim, a venda de terras localizadas no interior de um território quilombola fica proibida, pois de acordo com o previsto no art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, “*aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. O detalhe do entrevistado que disse possuir a Escritura de Compra e Venda do lote confirma a hipótese de que ocorrem, mesmo que esporádicas, transações de compra e venda de terras. Entretanto, é importante salientar que nos casos

analisados, em que se encontrou pessoas que não se caracterizavam como quilombolas morando em lotes pertencentes à Associação, essas pessoas contaram estar morando no local há 7 anos ou mais. Isso significa que a comunidade os acolheu e reconheceu como parte do grupo.

Grande parte da mão-de-obra utilizada nas áreas de cultivo das famílias é composta pelos próprios membros familiares, uma das principais características da agricultura tradicional (característica esta também presente entre os agricultores agroflorestais), como mostra a tabela 2:

Tabela 2 – Mão de obra utilizada nas áreas de cultivo

Mão de obra	Porcentagem (%)
Membros da família	64,70
Agricultor sozinho	17,64
Mutirão	11,76
Não responderam	11,76
Total	100

Fonte: Kessy Rizental (2013)

Com relação aos mutirões, sua ocorrência foi identificada no depoimento de agricultoras agroflorestais. Estas contaram que uma vez por semana acontecem mutirões, em um sistema de rodízio entre as áreas das famílias das cooperadas, normalmente mutirões de mulheres, que se reúnem para trabalhar na área da agricultora escolhida na semana. No mutirão, o trabalho familiar, base da economia, é complementado pela ajuda dos vizinhos, em atividades de que a família não consegue cumprir sozinha; sua ocorrência está vinculada a um sistema de trocas que estabelece vínculos sociais entre os integrantes do bairro, onde, deste sistema, também fazem parte as trocas alimentares, e mesmo, atividades religiosas (CANDIDO, 1998 apud JACKSON, 2002).

Quando indagados a respeito da utilização de insumos nas áreas de cultivo, 12 entrevistados, correspondendo a 70,58% do total, declararam utilizar esterco como seu principal insumo na área de plantio. A maior parte dos agricultores afirmou não utilizar insumos químicos em sua produção agrícola (76,47%). Os motivos da não utilização dos insumos químicos são descritos na Tabela 3:

Tabela 3 – Porque não utilizar agrotóxicos?

Argumento	N. de citações
Prejudicial à saúde do homem	1
Devido à coibição do uso pela Polícia Ambiental	2
Prejudicial ao meio ambiente	8
Proibido a utilização para membros da cooperativa agroflorestal	4
Apelo religioso	1

Fonte: Kessy Rizental (2013)

Entre os argumentos, o mais frequente é o conhecimento acerca dos danos causados pelos insumos químicos ao ambiente. O agricultor nº 1 mencionou ter conhecimento de que o dano vai além do ambiente, prejudicando também o consumidor, além de, segundo a própria fala do agricultor, “não é de Deus”, onde a crença religiosa também se apresenta como argumento para justificar a não utilização, provavelmente por se tratar de um produto químico, industrializado. Contudo, houve depoimentos denunciando a utilização esporádica do popularmente chamado “mata-mato”. Este é o nome comumente dado pelos agricultores a herbicidas aplicados no controle da braquiária e de outras plantas invasoras nas áreas de lavoura. Faz-se uso desse recurso, segundo os próprios agricultores, pois a força de trabalho é pequena e a demanda é grande.

Os agrotóxicos são comumente utilizados devido à facilitação e/ou otimização do trabalho no campo. Através de seus agentes químicos, eles possibilitam a eliminação de

organismos indesejados em larga escala (sejam estes fungos, insetos que se alimentam da produção, ou espécies vegetais invasoras que podem ocorrer nas áreas agricultáveis). Por essa característica, eles se tornam em algumas ocasiões uma alternativa para agricultores que possuem poucos recursos financeiros (esses insumos possuem, em sua maioria, baixo custo), ou dispõe de pouca mão-de-obra. Os insumos químicos, como já citado anteriormente, surgiram com a promessa para o aumento da produção agrícola no mundo (Revolução Verde). Contudo, após anos de utilização e pesquisas sobre o tema, percebeu-se os malefícios trazidos pela utilização desses produtos, dando início, dessa maneira, ao surgimento de movimentos contrários a difusão desses insumos. Segundo Oliveira-Silva et al. (2001), entre herbicidas, fungicidas e inseticidas, o Brasil hoje desponta, na América Latina, como o maior consumidor de agrotóxicos, apresentando diversos danos tanto ambientais quanto para a saúde do trabalhador rural, oriundos por manejo inadequado dessas substâncias, alta toxicidade de certos produtos, falta de utilização de equipamentos de proteção e a precariedade dos mecanismos de vigilância, ausência de fiscalização acerca da contaminação dos alimentos, pouca divulgação sobre os malefícios trazidos pelo contato com essas substâncias, etc. Esse quadro ainda pode ser agravado pelo baixo nível socioeconômico e de escolaridade desses agricultores.

Por outro lado, é importante destacar, como cita Iamamoto e Caron (2007), que o envolvimento dos agricultores com a agroecologia pode reduzir o uso de insumos químicos. Os princípios básicos de um agroecossistema sustentável, segundo Altieri (1989), são: a conservação dos recursos renováveis, adaptação da agricultura ao ambiente, e a manutenção de um nível alto, porém sustentável de produtividade. Devido aos preceitos adotados pela corrente agroecológica, em que se procura aproveitar ao máximo os nutrientes e os recursos fornecidos pelo próprio sistema natural/agrícola, além do fato que, depois de estabelecido, demanda pouco manejo, torna-se desnecessário a utilização dos insumos químicos, prática essa banida por esse grupo de agricultores.

Entre os agricultores agroflorestais, houve numerosas referências à cobertura vegetal e o adubo verde, sendo que um deles afirmou não utilizar qualquer tipo de insumo, devido à dinâmica agroflorestal. Um sistema agroflorestal é capaz de subsidiar a fertilidade dos solos com menores aportes de insumos externos. Isso se deve a combinação de fatores, buscando aumentar os efeitos benéficos das interações entre árvores, culturas e animais, usando os ecossistemas naturais como modelo e aplicando suas características ecológicas aos sistemas

agrícolas. Quanto à cobertura vegetal, esta se trata da introdução de plantas herbáceas, anuais ou perenes para cobrir o solo de áreas cultiváveis por um período de tempo, ou por todo o ano. Quando essas plantas são incorporadas ao solo, a matéria orgânica adicionada é chamada de adubo verde (ALTIERI, 1989). As espécies utilizadas para cumprir o papel de adubo verde citadas pelos entrevistados foram: feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*), feijão-guandu (*Cajanus cajan*), *Crotalaria* spp.; espécies essas que podem se apresentar como boas fixadoras de nitrogênio, capazes de se adaptar a diversos tipos de solo (solos ácidos ou compactos, por exemplo), ou até mesmo, em alguns casos, podem apresentar ação inseticida ou fungicida. A utilização de cobertura vegetal e de adubo verde são práticas absorvidas pelos princípios da agroecologia (ALTIERI, 1989), difundida entre os agricultores, que aproveita os nutrientes liberados pelas plantas incorporando-os ao solo. Além disso, diminui a incidência de luz solar diretamente no solo, o que evita que este perda água em excesso.

Ainda, o entrevistado nº 03, agricultor tradicional, afirmou aplicar cinzas no solo, oriundas da queimada da coivara. As cinzas, segundo Osaki e Darolt (1989) pouco utilizadas na agricultura como adubo no solo, contêm cálcio, magnésio, fósforo, potássio e outros elementos (dentre eles, micronutrientes essenciais para o desenvolvimento dos seres vivos) que podem ter influência no desenvolvimento das plantas.

Os alimentos produzidos nas áreas agroflorestais das famílias das quatro comunidades da RDS são, integralmente, processados e distribuídos pela agroindústria da cooperativa. Esta se propõe a facilitar os processos de organização, formação e capacitação das famílias agricultoras, planejamento dos sistemas agroflorestais, além do beneficiamento agroindustrialização e comercialização da produção (COOPERAFORESTA, 2006). A agroindústria foi construída com os recursos financeiros gerados pela cooperativa e seus associados, destinada ao processamento de bananada e goiabada, além de um programa voltado para o processamento de mel. A existência de um organismo responsável pelo processamento e distribuição dos produtos recolhidos dos agricultores elimina intermediários nessa relação, o que fornece ao agricultor autonomia frente a terceiros que não fazem parte da cooperativa, concentrando os lucros gerados pelos agricultores nas mãos dos próprios agricultores.

“Sem estar associado o agricultor não vai pra frente”

Essa fala do entrevistado nº 01 faz referência à cooperativa agroflorestal, e é opinião unânime entre esse grupo agrícola. Isso demonstra as facilidades trazidas pela cooperativa, como na organização e na logística do grupo, aonde os trabalhadores rurais vão adquirindo mais segurança por terem o respaldo de profissionais não só da área agrícola, como também de áreas administrativas e jurídicas.

Outro agricultor fez menção à mesma situação, dizendo que se o trabalhador rural não participa de algum tipo de programa (como o PAA) ou de alguma forma de associativismo, este pode encontrar algumas dificuldades. Ele conta que dos anos 70 até meados de 1995, Barra do Turvo era conhecida como “a capital do feijão”, em que muitas vezes se faltava feijão até para comer, tamanha procura. Essa história denota a facilidade com que os produtos agrícolas eram comercializados antigamente. Concordando com este depoimento, está a fala do entrevistado nº 04, que conta que antes o trabalhador rural podia comprar no armazém o ano todo, enquanto ia engordando um porco (durante o ano) que usava para pagar a dívida dos produtos adquiridos no armazém durante o ano (*“comércio na base da palavra, da confiança”*).

Sete entrevistados declararam não processarem seus alimentos, ou seja, vendem eles diretamente, ora para terceiros, ora aos programas do governo (PAA, Pró-Leite). No caso dos programas governamentais de assistência ao agricultor, os produtos são destinados em sua maioria para a merenda escolar, para programas de alimentação popular como o “Bom Prato”, com refeições a preços baixos e acessíveis. Destes sete entrevistados, todos apresentaram-se como agricultores tradicionais.

Duas entrevistadas ainda declararam haver algum tipo de processamento de alimentos em suas áreas: a primeira, com a produção de queijo, do leite proveniente de algumas vacas mantidas em sua propriedade; a segunda, produzindo açúcar mascavo a partir da cana de açúcar cultivada em sua área, vendido posteriormente pelo marido nas cidades vizinhas. Vale ressaltar que essas duas famílias possuem pequenas produções, de iniciativa própria para incremento da renda familiar.

Por fim, o destino da produção agrícola das famílias segue indicado na Tabela 4:

Tabela 4 – Destino da produção agrícola das famílias das quatro comunidades quilombolas

Destino da produção	Porcentagem (%)
Consumo	5,88
Consumo + Trocas	5,88
Consumo + Venda	70,58
Consumo + Venda + Trocas	11,76
Consumo + Venda + Trocas + Doações	5,88

Fonte: Kessy Rizental (2013)

A partir dos valores apresentados na tabela acima, pode-se inferir que a produção agrícola das famílias, em todos os casos analisados, é principalmente voltada para o abastecimento das casas (consumo). A venda também é um dos principais destinos para os produtos agrícolas produzidos por essas famílias. Esses dados demonstram uma vez mais a dependência da economia local com relação à agricultura. Trocas e doações também foram citadas; em menor frequência, são práticas que ocorrem esporadicamente entre famílias e entre comunidades. Essa dependência da economia com a agricultura deve ser o foco principal na elaboração de sugestões e geração de alternativas para o desenvolvimento econômico local, uma vez que essas atividades não só são práticas geradoras de renda, como também fazem parte da cultura e da construção da identidade dessas comunidades.

4.3 Os problemas relacionados à produção agrícola

A ausência de assistência técnica foi reclamação constante na fala dos agricultores, tanto tradicionais quanto agroflorestais. 41,17% dos entrevistados declararam haver pouca ou nenhuma assistência. Os trabalhadores rurais tradicionais comumente afirmam que é papel dos órgãos governamentais disponibilizar técnicos agrícolas ou abrir portas para entidades de

assessoria para essas famílias, em número que possa atender suas demandas. O depoimento destes evidencia a sensação de “abandono” presente na comunidade com relação ao governo.

No universo dos trabalhadores rurais agroflorestais, a quantidade de queixas é menor, porém existem. Eles afirmam que por parte da cooperativa, técnicos agrícolas visitam as áreas agrícolas periodicamente, porém, segundo os depoimentos, o número de técnicos disponibilizados pela cooperativa não é capaz de suprir as necessidades dos agricultores. A diminuição no número de visitas às áreas se deve, provavelmente, ao manejo autossuficiente de um sistema agroflorestal: depois de estabelecido, este demanda cada vez menos intervenções humanas. Outro fator que pode ter influenciado na diminuição das visitas técnicas às áreas agroflorestais é o aumento do número de cooperados, de acordo com depoimento de um agricultor.

Dentre outras problemáticas apontadas pelos trabalhadores rurais, estão confrontos com a gestão da RDS e com latifundiários ainda presentes em território quilombola (discutido no item 4.7), além de problemas com pragas. Os agricultores também mostraram enfrentar dificuldades acerca do manejo do solo. A maioria concorda que o solo da região tem boa qualidade. Alguns contaram que existem, em algumas áreas, manchas de solo bom e manchas de solo mais arenoso, não muito bom para o cultivo. Os solos arenosos ou muito compactados (ou ainda, acidificados), além de processos naturais, podem apresentar essa condição devido à ação antrópica, como a presença de pastagens anteriores ao estabelecimento das atividades agrícolas das famílias na região. A declividade também foi apontada como problemática do ponto de vista agrícola (Figura 7), podendo dificultar o trabalho dos agricultores. A região onde está situado o município de Barra do Turvo (SP) possui grandes extensões de relevo acidentado, o que impossibilita também a adoção de agricultura mecanizada.



Figura 7 – Horta estabelecida em morro (terreno com declividade acentuada)
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Os trabalhadores agroflorestais contam que as espécies que compõe um sistema agroflorestral auxiliam no melhoramento da qualidade dos solos. Enquanto a agricultura convencional tem o potencial de desgastar o solo gradativamente, a agrofloresta se apresenta como agente redutor da degradação dos solos, além de auxiliar na diminuição da pressão de áreas florestais. Isso se deve à alternância das culturas introduzidas em um SAF evitando o seu desgaste, a presença de animais (sistemas silvipastoris) que adubam os solos com suas fezes e se alimentam de espécies de plantas invasoras, a presença de espécies vegetais que naturalmente agregam nutrientes a esses solos, entre outras características. O entrevistado nº 05 indicou a utilização em sua área da técnica em que são plantadas alternadamente linhas com espécies diferentes, algumas das quais são aquelas que têm potencial de agregar nutrientes ao solo (nitrogênio, por exemplo). No caso da área agrícola do entrevistado em questão, eram linhas de plantação intercaladas, uma no centro com “napiê” e duas em volta com mandioca e outras espécies. Ele afirma que o melhor jeito de manter a terra fértil e saudável é com a adubação verde. O “napiê”, também conhecido como Napier, nomes populares atribuídos para o *Pennisetum purpureum* Schum., é uma espécie de capim que, sendo utilizada como adubo verde ou cobertura morta, auxilia na manutenção de água, com consequente redução da evaporação (a sua biomassa também pode ser utilizada). A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é conhecida por seu alto grau de adaptabilidade a solos com características adversas (arenosos ou compactados).

4.4 Culturas e criações

Através das entrevistas e das visitas às áreas agrícolas das famílias participantes da pesquisa, foi possível identificar os principais cultivos encontrados nessas áreas. Com relação a essas culturas, a mais cultivada pelas famílias é o feijão, de diversas variedades (12 dos 17 entrevistados), seguido pelo milho (11), mandioca (09) e a banana (08). No total foram identificadas 37 espécies de diferentes cultivos, entre frutíferas, leguminosas, etc.

Os sistemas agrícolas tradicionais apresentam predomínio de culturas anuais, como feijão, milho e mandioca. Uma explicação plausível é o caráter tradicional que essas espécies adquiriram ao longo das gerações nesta região. O feijão era fortemente comercializado em meados dos anos 70, utilizado em muitas situações como moeda de troca entre essas famílias. Já a mandioca é uma cultura tradicionalmente cultivada por grupos de remanescentes de quilombos, devido ao contato com populações indígenas, planta nativa do Brasil, de fácil adaptação a solos inférteis ou muito compactados. Vale ressaltar que a grande ocorrência de cultivo da banana deve-se ao fato da região do Vale do Ribeira ser reconhecidamente grande produtora.

É importante lembrar que a agricultura tradicional de coivara é muito mais rica em espécies do que o que foi mostrado no trabalho. A pouca diversidade encontrada pode ter sido resultado de mudanças impostas ao agricultor, como a demanda do mercado, limitação dos modos de cultivo frente a legislação ambiental, imposição de pacotes tecnológicos por parte de empresas agroquímicas e biotecnológicas, etc.; ainda, esta pesquisa pode ter apresentado um problema de método, já que o trabalho de campo foi realizado em tempo reduzido, e o plantio/cultivo neste tipo de agricultura pode se estender por um período longo, com alternância de espécies.

Nas áreas agroflorestais, foi possível encontrar maior diversidade agrícola, principalmente plantas frutíferas. Entre estas, é possível citar (indicadas pelos entrevistados): jaca, jabuticaba, lichia, fruta do conde, ameixa, caqui, uvaia, abacaxi, carambola, abacate, goiaba, mamão, laranja, entre outras. Além disso, também foi constatada a presença de espécies comuns a localidades distantes, como o *Lucuma caimito*, o abiu (Figura 8), comum às regiões amazônicas. Ainda, foram encontradas cultiváveis como o amendoim, batata doce,

taioaba, jenipapo, abóbora, quiabo, café, etc. O alto nível de diversidade pode ser explicado por estarem sendo cultivadas em áreas de sistemas agroflorestais, onde procura-se intercalar diferentes tipos de cultiváveis para fins econômicos e ecológicos (já que o estabelecimento de um SAF baseia-se em preservar e reproduzir as características de uma floresta natural).

Sistemas agroflorestais, além de agrupar espécies que cumpram papel econômico e atuar na subsistência das famílias, também podem apresentar plantas que cumpram importante função ecológica. É o caso do palmito-juçara (Figura 9), nome popular dado ao *Euterpe edulis* (comumente encontrado nos SAF's de Barra do Turvo), espécie de palmeira presente na dieta de mais de 70 espécies de aves da Mata Atlântica, estas importantes dispersoras de sementes. A preservação destas aves frugívoras (que depende da preservação dos recursos alimentares disponíveis) é de extrema relevância para a conservação e manutenção dos remanescentes de Mata Atlântica.



Figura 8 – Abiu (*Lucuma caimito*), encontrado em SAF da RDS Quilombos de Barra do Turvo

Fonte: Kessy Rizental (2012)



Figura 9 – *Euterpe edulis*, o palmito-juçara, encontrado em SAF da RDS Quilombos de Barra do Turvo

Fonte: Kessy Rizental (2012)

Também foi identificado grande número de ocorrências de hortas nas áreas das famílias das quatro comunidades, tanto para subsistência quanto para fins comerciais. Com relação ao cultivo de hortaliças, o modo de cultivo da família (tradicional ou agroecológico) parece não ter influência na decisão de se cultivá-las. Foram 11 das 17 pessoas entrevistadas que afirmaram possuírem um espaço reservado para o plantio de hortaliças ou temperos. Esses espaços podem ser pequenos, ocupando canteiros ao lado das residências, ou grandes (Figura 10), para comercialização. Essas hortaliças cumprem papel importante na alimentação e ainda contribuem no orçamento familiar. Um grande número de famílias ainda apresenta o plantio de hortaliças como sendo uma das principais fontes de renda, estando estes inseridos no programa do PAA do governo do Estado. As espécies de hortaliças/temperos mais citadas pelos agricultores foram: alface, couve, salsinha, cebolinha e coentro.



Figura 10 – Variedade de hortaliças produzidas por agricultor da RDS Quilombos de Barra do Turvo

Fonte: Kessy Rizental (2012)

Também foi relatada atividades de criação de animais articuladas por algumas famílias. O entrevistado nº 17 revelou ter algumas (poucas) vacas em um pequeno pasto e uma pequena criação de porcos para venda; a família do entrevistado nº 13 indicou criar patos, galinhas e gansos, para consumo e também para comercialização; a entrevistada nº 04 afirmou criar galinhas com o mesmo intuito. Nota-se, portanto, que são casos isolados, em que a criação de animais apresenta-se apenas para subsistência ou para complementação da renda.

4.5 Agroecologia e agricultura de coivara: duas vertentes agrícolas

A Agroecologia apresenta-se como uma alternativa ao sistema convencional de produção agrícola. Tentando tirar o agricultor tanto da dependência estatal, quanto da dependência de empresas produtoras de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas, ou seja, tentando garantir autonomia tanto na linha de produção quanto no processamento e distribuição dos agricultáveis, ela apresenta-se aliada, na região do município de Barra do Turvo, ao cooperativismo. Tendo a agricultura como alicerce da economia e da organização social local e buscando sempre valorizar a mesma dado o importante papel que cumpre, os sistemas agroflorestais tornam-se capazes de estabelecer uma relação de valorização da terra, dos seus produtos e do trabalho, dado que quando o agricultor é totalmente envolvido nos processos englobados por essa cadeia produtiva, ele vê seu trabalho valorizado, consegue perceber a importância da atividade agrícola em um sistema que hoje pouco valoriza o pequeno produtor rural, sistema esse dominado pelo latifúndio e pelas monoculturas.

Quando indagados acerca de seu conhecimento agroecológico, apenas três dos entrevistados disseram não saber o que significava o termo “agroecologia”. Seis pessoas possuem sistemas agroflorestais em suas áreas familiares e todos estes são membros da cooperativa agroflorestal. O entrevistado nº 01 afirmou que vê a agrofloresta como promessa para o futuro. Segundo a sua fala, quem não acredita na agrofloresta é “*guiado pela mão do capital*”. Isso porque este agricultor vê o “capital” como símbolo representativo do capitalismo corporativista, em que, na agricultura, marginaliza o pequeno agricultor favorecendo de diversas formas de latifúndio monocultor. Assim, segundo o entrevistado,

acreditar na potencialidade da agroecologia é crer em um mecanismo que beneficia o pequeno produtor rural e o torna competitivo no mercado, respeitando as características locais de cada comunidade (Figura 11). Foi comum encontrar depoimentos dos cooperados descrevendo sua satisfação em participar da cooperativa agroflorestal, demonstrando as melhorias na qualidade de vida que a cooperativa trouxe para as famílias.



Figura 11 – Paisagem de Sistema Agroflorestal no quilombo Cedro
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Quatro entrevistados afirmaram conhecer os sistemas agroflorestais, porém não mostram interesse em desenvolvê-los em suas áreas. Isso se deve ao fato de que, segundo os próprios entrevistados, esses sistemas demandam maiores cuidados inicialmente e o tempo de retorno da produção costuma ser bem maior que a de um roçado. Além disso, houve o testemunho da entrevistada nº 10, onde esta afirmou já ter praticado atividades agroflorestais em sua área, porém atualmente seu roçado é tradicional. O fato do retorno de um sistema agroflorestal ser obtido em longo prazo é o fator mais desestimulante aos agricultores para que se envolvam com atividades agroecológicas. Os trabalhadores rurais afirmam que com o roçado, a colheita é mais rápida, além de demandar um menor trabalho inicial, já que normalmente uma menor variedade de espécies é cultivada nesse sistema.

A agricultura quilombola é tipificada como uma agricultura tradicional, pois é fruto da associação de técnicas e manejos da agricultura africana trazida pelos escravos, que se

associaram às técnicas e manejos da agricultura dos povos indígenas que aqui habitavam (FIDELIS, 2006), passadas de geração para geração. As atividades de corte e queima incluem a utilização do fogo como recurso de limpeza ou o próprio roçado, para desbaste da vegetação invasora. Dentre essas práticas, o roçado demanda mais trabalho e mão de obra, enquanto o fogo se torna instrumento facilitador. A queima é um sistema normalmente utilizado quando o trabalho, e não a terra, é fator limitante para o cultivo agrícola, pois reduz o esforço despendido para abertura de roças em meio à floresta (BORN, 2012). Depois de limpa a área, ocorre o plantio sob a coivara, ou seja, sobre as cinzas das queimadas, aproveitando os nutrientes liberados no solo. Normalmente são plantados cultiváveis de utilização mais comum para subsistência, como o feijão e a mandioca, que além de garantirem a soberania alimentar das famílias, possuem características que influenciam na escolha dessas espécies na hora do plantio, como o fato de se adaptarem a solos pouco férteis, além da predominância cultural, por estarem presentes no cotidiano das comunidades a algumas gerações.

A questão do fogo e da agricultura tradicional é controversa para a comunidade científica. Para Haddad e Garavello (2010), a agricultura de coivara pode ser considerada sustentável, já que a mesma auxilia tanto no aumento das taxas de decomposição de matéria orgânica decorrentes da liberação dos nutrientes por meio das cinzas, como também reduz pragas e doenças. Contudo, alguns pesquisadores alegam que no ato da abertura de clareiras, muitas vezes plantas comumente nativas são derrubadas para o estabelecimento dos roçados, o que, segundo esses pesquisadores, é prejudicial se levarmos em consideração a amplitude desse processo. Ou seja, quando se trata de uma clareira, feita por uma comunidade isolada, o impacto é menor; o entrave está no aumento do número de clareiras: maior número de famílias ou comunidades, consequentemente maior número de clareiras abertas, aumentando a área degradada de vegetação nativa.

A partir dos depoimentos, é notória a dicotomia presente nas quatro comunidades sobre as duas práticas agrícolas realizadas pelas famílias, a agricultura itinerante e os sistemas agroflorestais. Ambos os lados apresentam argumentos plausíveis na defesa de cada uma das práticas, e cada prática se encaixa ao contexto de cada família. Os agricultores agroflorestais mostram seus SAF's com muita paixão, e demonstram, com exemplos práticos, as melhorias que a cooperativa agroflorestal trouxe para suas vidas. Essas melhorias incluem infraestrutura, segurança alimentar e financeira e valorização da cultura local. Eles mostram que a agroecologia se estabeleceu para somar, e que essa é capaz de exaltar, e não excluir, as raízes

tradicionais dos quilombos. É certo que os fundamentos agroecológicos partem de premissas tradicionais, valorizando as características agrícolas empíricas dessas comunidades e agregando conceitos teóricos; porém, os fundamentos se convergem, uma vez que ambas tem uma relação simbiótica com o meio, buscando neste meio recursos disponíveis que possam ser utilizados nas atividades agrícolas, priorizando a não agressão ao ambiente. Os agricultores comentam que com os SAF's, são gerados produtos agrícolas o ano todo: quando não se tem uma cultura, se tem outra proveniente da estação e das condições ambientais, gerando renda ao longo do ano.

Por outro lado, os agricultores tradicionais criticam as inovações que possam ser trazidas pela agroecologia (ou por outras correntes), por considerarem invasivas a sua cultura. Esses agricultores alegam que o que é tradicional é tradicional e agrupar novas técnicas seria um ato de dissolução da identidade quilombola, caracterizada também pelo modo como esses trabalhadores rurais praticam a agricultura em suas terras. Esse argumento é concreto, visto que a luta pelo reconhecimento da identidade é uma luta de gerações, árdua, em que qualquer intervenção que venha de fora das comunidades pode ser considerada como um retrocesso.

No âmbito dessa dicotomia dentro das comunidades, existe a relação entre a Associação dos Quilombos e a cooperativa agroflorestal. Segundo a entrevistada nº 06, na época da criação das Associações, as pessoas que se tornaram associados e membros da cooperativa ao mesmo tempo eram “vistos com maus olhos”. Isso se deve a postura resistente que os agricultores tradicionais assumem frente à cooperativa agroflorestal e aos sistemas de cultivo agroecológicos. As Associações tem atuação constante no cotidiano das famílias quilombolas, enquanto a cooperativa age conjuntamente com os quilombolas agricultores agroflorestais. As duas esferas portanto podem se sobrepor na organização social e econômica dessas famílias, causando alguns pequenos conflitos de interesse entre os dois grupos, tanto no âmbito político quanto econômico. Esse conflito será abordado adiante, no item 4.9.

4.6 O reflexo da produção agrícola na qualidade de vida das famílias da RDS

Por possuírem uma economia essencialmente agrícola, a situação social das famílias quilombolas da RDS Quilombos de Barra do Turvo torna-se fortemente atrelada às práticas

agrícolas presentes no cotidiano dessas comunidades. O quanto produzem, a quantidade de produtos agrícolas que conseguem escoar e a gestão do retorno financeiro trazido com a venda desses produtos vão orientar diretamente a infraestrutura e o acesso a bens de consumo. Assim como são diferenciados por suas atividades produtivas, essa divisão também atinge a condição e a qualidade de vida de cada família quilombola. As diferenças são claramente observadas (o que não as qualifica, não torna elas melhores ou piores umas que as outras).

Os agricultores agroflorestais demonstram que a entrada para a cooperativa agroflorestal e o início das atividades com os SAF's os proporcionou melhorias na infraestrutura de suas residências e o aumento do poder econômico e do acesso aos bens de consumo. Essa afirmação não remete ao fato destes produzirem mais ou ganharem mais dinheiro com seus produtos, mas principalmente, por conseguirem produzir grande variedade de produtos, durante todo o ano (devido a maior diversidade agrícola encontrada nas áreas de cultivo familiar), o que os proporciona uma maior estabilidade. Além disso, o fato de estarem atrelados a uma cooperativa os proporciona maior estrutura organizacional, melhor condição de gestão dos bens produzidos e dos recursos financeiros, e distribuição justa entre estes, uma vez que, na cooperativa, esses recursos buscam contemplar todos os agricultores cooperados.

Se por um lado os agricultores agroflorestais detem maior estabilidade econômica e maior organização, predomina na outra vertente, composta pelos agricultores tradicionais quilombolas, a utilização de baixa variedade de espécies agrícolas, comumente anuais, ou conduzidas como anuais (feijão, mandioca, milho), a criação de alguns animais para consumo próprio e em menor escala para venda. A organização desse grupo é de ordem política, ou seja, não visa exclusivamente à produtividade e o desenvolvimento econômico das famílias, mas, enquanto Associações Quilombolas, estas são estruturadas visando a administração de modo geral do cotidiano das comunidades no âmbito cultural, social, econômico e político. Essa centralização do poder de tomada de decisões acerca das problemáticas enfrentadas pelas comunidades pode dispersar o foco de medidas efetivas para o desenvolvimento das comunidades sob qualquer perspectiva.

É importante ressaltar que as comunidades que preservam o tradicionalismo em suas atividades agrícolas se mostram um pouco mais arraigadas a sua origem quilombola e as tradições deixadas pelos antepassados. De fato, a opção pelo não envolvimento com as práticas agroflorestais desse grupo representa uma resistência cultural destes, que acreditam

que, se começarem a se envolver com novas técnicas, essas práticas podem, de certa forma, “engolir” a cultura e a herança deixada pelos antepassados quilombolas.

Grande parte dos entrevistados declarou receber ou ter recebido verba do PRONAF. Este programa do governo oferece crédito para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (MDA, 2013). Mais uma vez, a maior parte dos agricultores que revelaram ter obtido esse financiamento são os agricultores do grupo que faz uso de práticas tradicionais em suas áreas agrícolas. Estes dados salientam mais uma vez a emancipação trazida pela cooperativa agroflorestal frente ao governo estadual e federal. Quando não possuem verba do PRONAF, recebem o chamado “Bolsa-família” (dois entrevistados, agricultores tradicionais), na maioria das vezes para complementar a renda, onde em algumas ocasiões o lucro gerado pela venda dos produtos agricultáveis não é suficiente para subsistência das famílias.

4.7 A presença de latifúndios particulares na RDS Quilombos de Barra do Turvo

A temática das grandes extensões de terra pertencentes a um pequeno e restrito grupo de fazendeiros, encontradas na RDS Quilombos de Barra do Turvo (SP), é delicada e tratada entre os membros das comunidades como uma problemática constantemente debatida nas reuniões do Conselho Deliberativo.

De acordo com os quilombolas, os fazendeiros proprietários de latifúndios são os maiores agentes prejudiciais às matas nativas da região. De fato, com a utilização de grandes extensões de terra para o cultivo de monoculturas ou pela introdução de pastagens para criação de bovinos, pode-se provocar o empobrecimento ou compactação do solo, além de outros malefícios decorrentes do processo de homogeneização da paisagem, como o aumento no número de pragas, a diminuição da diversidade genética regional, o comprometimento do fluxo energético, etc. Além disso, tem-se a supressão do que resta de uma importante área de remanescente de Mata Atlântica encontrada na região.

Os latifúndios também podem influir no aspecto econômico e social. A concentração fundiária, principalmente dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, contradiz os pressupostos firmados pela legislação com o intuito de proteger os modos de vida e de produção das sociedades tradicionais, pois essas grandes extensões de terra comumente objetivam o produtivismo, sem resgatar qualquer espécie de retorno para as comunidades. E acima disso, por não possuírem a identidade tradicional, legalmente, não poderiam estar na localidade.

Observam-se diversos conflitos agrários gerados e intensificados pelo processo de reconhecimento e titulação das comunidades remanescentes de quilombos, principalmente a partir dos direitos conquistados por esses grupos desde a Constituição de 1988. O artigo nº68 incluso nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal garante que “às comunidades remanescentes de quilombos a posse das terras em que vivem, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Contudo, a insistente permanência dos proprietários das grandes faixas de terra em áreas reconhecidamente quilombolas ainda é tema debatido na RDS Quilombos de Barra do Turvo (SP). Esses são tratados como “terceiros”, e diversos processos criminais estão em andamento para a retirada desses agroprodutores da região.

Todos os agricultores entrevistados afirmaram que o poder público não cumpre seu papel como mediador dessas questões fundiárias e defensor dos direitos constitucionais dos quilombolas. Muitos entrevistados não se dispuseram a dialogar sobre esse tema, provavelmente por receio de criticar os órgãos governamentais, uma posição diplomática frente a um debate político polêmico. Entretanto, um dos agricultores, em seu depoimento, declarou que,

“Governo e carne dura tem que tacar a pressão”.

Para ele, a própria comunidade tem que se unir e buscar parcerias, pois o governo é lento e desinformado e não se interessa pelos problemas das comunidades do Vale do Ribeira (SP).

4.8 As comunidades quilombolas e sua relação com o meio

Como cita Resende (2002), o Vale do Ribeira apresenta características ambientais bem diferentes do restante do Estado de São Paulo, e mesmo da região Sudeste. Suas condições de solo, clima e relevo ajudaram a condicionar uma ocupação do território diferenciada: ela hoje reúne cerca de metade de toda a vegetação nativa remanescente do Estado, em menos de 7% da área deste. No Vale do Ribeira estão concentrados os mais importantes remanescentes de Mata Atlântica em área contínua, abrangendo diversos tipos de fisionomias, desde floresta tropical de altitude até mangues e restingas. A Mata Atlântica apresenta reconhecidamente altos níveis de biodiversidade, a presença de espécies-chave e endêmicas de fauna e flora, demandando esforços para sua conservação, tanto por parte do governo, quanto dos moradores locais.

Já a microrregião analisada no trabalho, a região do município de Barra do Turvo (SP) é caracterizada pelo grande número de Unidades de Conservação presentes sob sua jurisdição. Isso garante aos munícipes o constante convívio com áreas de mata nativa, abundante disponibilidade de recursos naturais, o que gera uma relação estreita entre essas populações e o ambiente do entorno (Figura 12). Essas relações configuram-se em retornos financeiros, sociais e culturais. Primeiramente, essas áreas de conservação lhes proporciona mais de R\$ 3 milhões de ICMS Ecológico por ano (SMA, 2012). Ainda, a maior parte das atividades econômicas e cotidianas das famílias da região depende direta ou indiretamente dos recursos naturais advindos do meio natural, seja pelo aproveitamento do espaço para o desenvolvimento de áreas agrícolas, seja pela extração (autorizada ou não) de recursos provenientes dos ambientes naturais. Essas áreas ainda se tornam influentes na organização social dessas comunidades e na associação dos fenômenos naturais à religiosidade e a crença popular local.



Figura 12 – Paisagem da região dos quilombos, na RDS Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Desta maneira, partindo do pressuposto que as populações rurais, que vivem em contato com ambientes naturais bem estruturados (como no caso das comunidades do município de Barra do Turvo), desenvolvem relações diretas ou indiretas com o meio natural que as cerca, foi questionado aos entrevistados acerca de sua percepção sobre o meio natural circundante. As respostas foram unânimes com relação à admiração dos agricultores pela exuberância da mata nativa regional (Figura 13). A admiração da beleza estética do local pode ser utilizada como ferramenta na consolidação da identidade dessas comunidades, uma vez que os padrões de beleza estabelecidos por um determinado grupo pode assumir um caráter criterioso diante escalas organizacionais de uma dada sociedade. Desta forma, possíveis iniciativas conservacionistas que possam ser implantadas na região podem assumir características prioritárias no cotidiano desses agricultores.

Contudo, os moradores das quatro comunidades demonstraram certa superficialidade quando abordados assuntos relacionados à conservação ambiental, ou, em alguns casos, um notório receio em abordar essa temática. Alguns depoimentos salientam as ações nocivas do homem em relação ao meio natural, e denotam a ciência dos moradores de que determinadas práticas podem agredir ou modificar a dinâmica natural das matas da região. O desmatamento e o latifúndio (discutido no item anterior) são apontados como as principais problemáticas ambientais locais pelos entrevistados. A caça também foi citada, em menor instância.

Uma problemática referente à preservação ambiental e ao papel desempenhado pelas comunidades em relação a esta é a recorrente é a falta de informação, não só nas quatro comunidades analisadas, mas na totalidade do meio rural. Quando perguntados sobre uma questão mais conceitual, no caso se eles tinham conhecimento da definição de “mata ciliar”, 52,94% dos entrevistados responderam não saber o significado de tal expressão, um número bastante elevado dado ao fato de ser um tema de elevada importância, frente, principalmente, as discussões atuais sobre o novo Código Florestal e as resoluções aprovadas pelo governo federal. Contudo, cabe afirmar que no livro de Silva (2012), diversos autores tratam as comunidades tradicionais como exceções na legislação ambiental, ou seja, essas deveriam ser tratadas diferencialmente quanto ao uso agrícola. Salienta-se aqui que imaginar que o quilombola vai ter os mesmos conceitos sobre “conservação ambiental” que o meio acadêmico é um pensamento etnocêntrico. Em geral, o conhecimento destas populações sobre ambiente e processos ecológicos é muito grande, e que eles efetivamente podem ter práticas preservacionistas ou conservacionistas, mas eles não se expressam da mesma forma que a Academia. Portanto, pode não se tratar de um problema de “falta de informação”, mas sim de falta de divulgação sobre questões mais técnicas, como o enquadramento de suas áreas agrícolas na legislação ambiental.

Ainda neste âmbito, quando questionados sobre a adequação das áreas agrícolas de cada família na legislação brasileira, 47,05% dos entrevistados afirmaram acreditar que a mata ciliar da região está de acordo com a legislação prevista. Apenas 17,64% entrevistados afirmaram não saber a respeito do assunto. Contudo, os agricultores concordaram com a legalidade das matas ciliares do entorno, indicando incerteza em suas respostas, como se suas afirmativas fossem palpites, apresentando ausência de domínio do tema.



Figura 13 – Paisagem do quilombo Ribeirão Grande, na RDS Quilombos de Barra do Turvo
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Quando perguntados sobre a extração de matéria prima do meio natural local, a maioria indicou extrair algum tipo de matéria-prima, em sua maioria lenha. Novamente é possível notar a clara divisão existente nas quatro comunidades, em que o modo de produção é capaz de delinear outros níveis organizacionais. Todos os indivíduos que afirmaram não retirar nenhum tipo de matéria prima das matas nativas eram agricultores agroflorestais, de onde se pode inferir que a demanda dessas famílias de agricultores agroflorestais por matéria prima pode ser suprida pela produção dos Sistemas Agroflorestais, uma vez que essas famílias são essencialmente rurais e agrícolas, tendo fortes relações estabelecidas com o meio. É importante ressaltar que toda a retirada de matéria prima feita pelos outros agricultores, ou seja, pelos agricultores tradicionais, é feita mediante autorização das Associações, onde o pedido de utilização de determinado recurso passa por avaliação nas reuniões mensais realizadas pelo Conselho Deliberativo da RDS.

As famílias residentes nas comunidades podem cumprir o papel de agentes conservacionistas do ambiente natural que os cerca. O respaldo dos órgãos governamentais, entidades acadêmicas e particulares é importante no trabalho de preservação das matas nativas, mas são esses agricultores e suas famílias que convivem diariamente com o meio, são diretamente afetados por qualquer desequilíbrio ambiental que venha a ocorrer na região. Partindo do princípio, é relevante analisar qual é o envolvimento atual dessas famílias com a preservação das matas nativas, para que futuramente possam ser elaboradas ações com o intuito de incentivar ainda mais esse envolvimento. Todos os agricultores agroflorestais

entrevistados (35,29%) fizeram menção aos SAF's como importante ferramenta na conservação e manutenção dos fragmentos vegetais locais (Figura 14). Estes afirmam esse fato baseados em atividades empíricas, porém existe fundamentação teórica para essa afirmativa. Os sistemas agroflorestais são uma modalidade de uso sustentável das florestas tropicais, onde através dele procura-se desenvolver atividades produtivas buscando garantir a manutenção das funções ecológicas das florestas tropicais. Essa manutenção ocorrer por meio de rotação de culturas, utilização da dinâmica de sucessão de espécies da flora nativa, restituição das características de um solo degradado, e diversos outros meios (FURLAN, 2006).



Figura 14 – Vista da casa de agricultor agroflorestal no quilombo Cedro
Fonte: Kessy Rizental (2012)

Entretanto, a maioria dos entrevistados (58,83%), ou seja, o grupo caracterizado por praticar agricultura de coivara, acredita que a prática do roçado e da queimada pode trazer melhorias para a vegetação local. De fato, um campo queimado pela primeira vez se torna imediatamente fértil, pois as cinzas do capim, dos arbustos e das árvores são muito nutritivas para as plantas, liberando diversos nutrientes essenciais para essas, como cálcio, fósforo, potássio, entre outros. Assim, estes não estão errados quando citam que as queimadas podem trazer benefícios ao meio ambiente. Contudo, é importante observar que quando as queimadas são frequentes numa mesma área, acabam levando ao esgotamento da terra. O calor das queimadas mata microorganismos essenciais à vida e à fertilidade do solo. De acordo com Altieri (1989), existe um consenso que este é um sistema eficiente e estável em locais onde a

terra é abundante e os recursos são escassos, e que tem sustentado famílias inteiras por várias gerações. Entretanto, ele acrescenta que devido à recente pressão populacional e fatores tais como o crescimento de ervas daninhas e o declínio da fertilidade do solo, o ciclo de pousio foi reduzido dos favoráveis 20 a 30 anos para um curto período de aproximadamente cinco anos, levando, em muitos casos, a perdas de solo e esgotamento de nutrientes.

Nota-se, portanto, que as opiniões divergem dentro das comunidades sobre quais práticas trazem melhorias ou danos aos fragmentos locais. Dentre os argumentos, todos são plausíveis, muitos contam com o respaldo de pesquisas científicas, porém não se tem um consenso sobre quais práticas devem ser incentivadas e quais devem ser repreendidas no interior das comunidades, levando em consideração que estas estão inseridas em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. De fato, está prevista no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) o seguinte disposto: *“A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”* (BRASIL, 1988). Obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela legislação, e em conformidade com o Plano de Manejo criado pela e para Unidade, cabe aos grupos envolvidos (Conselho Deliberativo, composto pelos órgãos públicos, organizações da sociedade civil e populações tradicionais residentes na área) estabelecer diretrizes acerca das atividades praticadas nas comunidades, que visem à preservação do meio natural circundante e a reprodução e a melhorias dos modos e da qualidade de vida dessas populações tradicionais.

É interessante observar a fala do entrevistado nº 15:

“Acho que às vezes a preocupação do governo com a conservação das matas atrapalha um pouco os interesses dos quilombos”.

Esse depoimento deixa evidente a existência da preocupação dos agricultores com relação à interferência dos órgãos governamentais frente ao papel administrativo exercido pelas Associações nas quatro comunidades quilombolas. Segundo eles, a partir do instante em que o quilombo passa a ser reconhecido pelo órgão competente (no caso do Estado de São Paulo, este órgão é o ITESP – Instituto de Terras de São Paulo), estes quilombolas deveriam ter direito soberano sobre o território, o que na prática pode não ser tão simples, levando em

consideração que a área é reconhecida como Unidade de Conservação, o que pode gerar uma sobreposição administrativa.

Segundo Haddad e Garavello (2010), em que pese às opiniões referentes à sustentabilidade das roças de coivara, na prática, as mesmas são inviabilizadas pela aplicação das normas ambientais infraconstitucionais, já que as mesmas proíbem o uso de fogo (Código Florestal), não permitem o cultivo em áreas ciliares (Código Florestal), assim como só autorizam a supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica (Lei da Mata Atlântica). Ou seja, o questionamento apresentado pela quilombola tem fundamento quando partimos do princípio que os quilombolas têm direitos legais sobre o território, que acabam entrando em conflito com as leis ambientais.

4.9 Associações quilombolas

As Associações, desde o princípio de sua criação, vêm desempenhando um papel fundamental na organização das comunidades. Cada comunidade possui uma Associação, com o objetivo de gerir as questões envolvendo o quilombo e para a promoção do diálogo entre os membros do quilombo e o poder público e os gestores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. São realizadas reuniões mensais para articulação e representatividade dessas questões (Figura 15).

É importante salientar que a criação das Associações é considerada pelos quilombolas como o pontapé inicial para a melhor organização das comunidades, e com estas, o estabelecimento de parcerias com o governo estadual e federal e com empresas privadas. A criação destas, trouxe também maior autonomia e independência a essas comunidades, além da segurança trazida pelo fato de existir um espaço voltado para a discussão dos problemas do cotidiano destas comunidades.



Figura 15— Sede da Associação do Quilombo do Ribeirão Grande, onde ocorrem também as reuniões mensais do Conselho Deliberativo da RDS Quilombos de Barra do Turvo

Fonte: Kessy Rizental (2012)

Além disso, as comunidades dessa região têm que lidar com os problemas das Unidades de Conservação da Mata Atlântica. Tais Unidades são encaradas como entraves para essas comunidades na medida em que limitam suas formas de uso tradicional da terra. As Unidades de Conservação foram criadas sem levar em consideração a forma de vida e de interação com a terra que essas famílias portavam até então, bem como sua organização territorial, obrigando-as a mudar seus modos de vida e colocando em risco a sustentabilidade econômica das famílias afetadas. No estabelecimento do Plano de Manejo da UC (em planejamento no período de realização da pesquisa), há a participação da comunidade na elaboração do mesmo (critério estabelecido pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), na tentativa de integrar as demandas dessas famílias com os interesses do poder público frente à preservação do meio natural. As Associações, neste âmbito, podem agir nas comunidades como espaço para discussão das demandas e das propostas dos quilombolas para a estruturação do Plano de Manejo.

Uma porcentagem de 35,29% dos entrevistados, quando questionados sobre a criação das Associações, acredita que foi um marco importante na vida das famílias das quatro comunidades. Outros 35,29% dos entrevistados acham que a criação das Associações foi importante e ainda acrescentam que elas trouxeram algumas iniciativas que proporcionaram melhorias na qualidade de vida da população (como o PAA, o transporte e a retirada da prática do roçado da marginalidade materializada através da criação das UC's). Ainda, houve

dois entrevistados que citaram a importância das Associações ao atrair a atenção do poder público para os problemas da região.

As Associações, portanto, assumem papel fundamental na construção da identidade quilombola. Sua criação tirou essas comunidades da invisibilidade diante de instituições governamentais e garante a defesa do território e aos direitos constitucionais dessas comunidades. Elas resgatam o orgulho em pertencer a este grupo étnico/cultural a partir do momento em que este representa os interesses coletivos dessas famílias e ainda pode configurar-se como instrumento de defesa da cultura.

4.10 Herança cultural, tradicionalidade e a identidade quilombola

Ao se observar o cotidiano e os relatos dos moradores das quatro comunidades da RDS Quilombos de Barra do Turvo é possível notar a forte e arraigada identificação destes com sua cultura, a cultura quilombola. O reconhecimento da importância da valorização e da identificação dos membros das comunidades com sua cultura de origem são fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando o território e transmitindo às próximas gerações seu conhecimento tradicional, bem como a cultura e o modo de vida tradicional local que contribuem na construção e no fortalecimento dessa identidade.

.Quando questionados a respeito das práticas tradicionais dos antepassados, se os moradores das comunidades se identificam com essas práticas, grande parte (47,05%) dos entrevistados mostrou existir essa identificação, seja na admiração ou no conhecimento da existência dessas práticas, seja na reprodução de atividades culturais, religiosas, sociais ou agrícolas (Figura 16). Até mesmo as famílias que incorporaram em seu dia a dia novas técnicas agricultáveis ou que hoje não se dedicam mais aos cultos religiosos ou culturais praticados por seus antepassados afirmam tentarem preservar a história dos mais antigos das comunidades.



Figura 16 – Pequena casa feita de barro, prática comum aos antepassados das famílias das comunidades da RDS: a residência de alvenaria onde dormem os familiares foi erguida ao lado do casebre, que foi preservado como a cozinha

Fonte: Kessy Rizental (2012)

Houve grande quantidade de relatos de movimentos culturais e religiosos realizados pelos mais antigos das comunidades e que hoje passam por um processo de resistência, onde os indivíduos mais velhos procuram ensinar e integrar os mais novos nos costumes ancestrais. É durante os rituais que os valores que uma comunidade reputa essenciais se condensam e são reafirmados e renegociados, constituindo, assim, um currículo invisível do qual são transmitidas as normas do convívio comunitário. Segundo os relatos, as mais citadas foram: romarias, Festa de São Pedro, as “mesas de anjo”, a Festa de São Gonçalo e os leilões. Essas festividades possuem caráter representativo, onde o saber tradicional é constantemente reafirmado e redistribuído simbolicamente entre os membros da comunidade. Elas são também observadas no cotidiano de outras comunidades quilombolas.

A partir do depoimento do relato da entrevistada nº 02, foi possível caracterizar a chamada “mesa de anjos”: segunda ela, trata-se de uma tradição católica em que as crianças pequenas da comunidade sentam-se no chão em uma roda, contornando uma farta mesa de comida feita especialmente para elas. Enquanto as crianças se deleitam com os quitutes culinários oferecidos pelos próprios membros da comunidade, esses fazem orações e cantam ao redor das crianças. É um evento tradicional e segundo a quilombola que o relatou, está se perdendo com o passar das gerações (não são mais realizados com tanta frequência quanto antigamente). Os cultos e festividades da religião católica foram absorvidos pelas comunidades remanescentes de quilombo por todo o país, devido ao primeiro contato que os

negros escravizados trazidos da África tiveram com os jesuítas e os europeus que aqui viviam, e foram incorporados a outras crenças trazidas por esses escravos. Salienta-se que muito se tem discutido a respeito do que pode ser considerado “tradicional”. Algumas vertentes da pesquisa científica, que busca categorizar e definir questões acerca dessas populações tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.), consideram a tradicionalidade como o domínio de conhecimento diretamente relacionado aos ancestrais, caracterizado pelo localismo e pela oralidade. Outras afirmam que o tradicional não possui caráter estático, ou seja, com o passar das gerações, essas populações podem absorver influências externas e incorporar práticas que passam a fazer parte do cotidiano.

Sob a perspectiva do tradicionalismo, no item seguinte do presente trabalho (4.11) é abordada a família quilombola considerada como “exceção” entre as demais famílias entrevistadas. A família em questão tem como principal atividade econômica o artesanato, apresentando-se como elo para a resistência e a preservação da cultura quilombola. O próprio artesanato, neste caso, foi absorvido pela família a partir de seus antepassados e com esta atividade, também práticas com ervas medicinais, com a confecção da farinha de biju, de vasos de barro, etc.

Do ponto de vista agrícola, fica evidente que o grupo que afirma não se identificar com as atividades tradicionais estão envolvidos com atividades agroflorestais. Quando indagados acerca da influência do tradicionalismo no modo de cultivo de suas áreas agricultáveis, as respostas dividem-se novamente, de acordo com as técnicas utilizadas pelos agricultores. Contudo, vale ressaltar que a preservação do patrimônio dessas comunidades não necessariamente remete a perspectiva produtivista, mas também a manifestações culturais, sociais e religiosas (Figura 17).

O orgulho de ser quilombola (nota-se aqui a distinção entre a “identificação”, abordada anteriormente, e o “orgulho” das origens) é uma constante em todas as famílias, mas é importante explorar o fato de que o reconhecimento enquanto quilombo, a demarcação das terras e a criação das Associações quilombolas funcionaram como ferramenta para a consolidação da bandeira e do orgulho quilombola. A existência de um órgão representativo (no caso, as Associações) é capaz de fornecer a cada indivíduo e a comunidade como um todo segurança e força frente a possíveis entraves políticos e econômicos, e atua como importante ferramenta na valorização e na preservação da história desses grupos. Fato esse salientado na

fala da entrevistada nº 06, que contou que antes da organização das comunidades e da criação das Associações, mal conhecia a história de sua família nem de famílias vizinhas; com o surgimento das Associações, esse contexto mudou, onde a agricultora passou não só a conhecer, como também se orgulhar do passado de sua comunidade.



Figura 17 – A agricultora agroflorestal conhecida como “Dona Joana” ao lado de sua taipa: uma das mais antigas residentes entre as quatro comunidades

Fonte: Kessy Rizental (2012)

O entrevistado nº 01 declarou que a criação das Associações quilombolas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável chama a atenção do poder público para a causa dos quilombos. Além disso, ele acredita que a comunidade é unida pela religião (católica) e pelo fato de serem “uma grande família”. Esse depoimento exemplifica não só a representatividade que as Associações são capazes de dar para essas comunidades, como também a influência religiosa na valorização da tradicionalidade. É possível inferir que esses são instrumentos importantes na identificação com sua própria cultura como fonte de fortalecimento para movimentos políticos e sociais.

Dessa forma, cabe salientar que não basta surgirem alternativas para geração de renda, para melhorias no âmbito social ou para o reconhecimento político dessas comunidades. É

preciso que os agentes envolvidos, no caso, os trabalhadores rurais quilombolas pertencentes a essas comunidades, tenham ciência de sua causa e acima de tudo, possuam embasamento sobre sua cultura e seu modo de vida para que as lutas sejam consistentes e coerentes.

No âmbito das plantas medicinais, onde sua utilização era comum antigamente tanto entre essas comunidades tradicionais, como de moradores de área rurais em geral, a maioria optou por não falar sobre essa questão. Dos agricultores que responderam, três acreditam que esse conhecimento se perdeu no passar das gerações. Essa constatação coincide e corrobora com outros agricultores que afirmam que os indivíduos mais jovens dessas comunidades não se interessam em aprender sobre a cultura quilombola. Com o aumento na disponibilidade de hospitais na região (situação diferente da que viveram os antigos moradores das comunidades) e com a antiga fusão de religiões de origem africana com as tradições católicas (e também forte influencia de religiões evangélicas) ainda influenciando seu modo de vida na atualidade, essas práticas foram sendo abandonadas ao longo dos anos, fazendo com que os conhecimentos sobre essas espécies vegetais medicinais fiquem concentrado nas mãos dos indivíduos mais velhos das comunidades.

Quatro entrevistados mostraram possuir ainda esse conhecimento, indicando as plantas utilizadas e seus possíveis efeitos: boldo, hortelã, folha de jaca (indicado para pessoas com pressão alta), folha de chuchu (indicado para pessoas com pressão alta), folha de abacate (indicado para pessoas com dor na coluna). Cabe aqui a observação de que esses quatro entrevistados, um praticante da agricultura tradicional, dois agricultores agroflorestais e uma artesã, fazem parte da mesma grande família (irmãs, hoje cada qual com seu respectivo núcleo familiar).

4.11 A “exceção” entre as famílias: o caso da família artesã

A expressão “exceção” aqui encontrada aparece associada a essa família por serem as pessoas, entre todas entrevistadas e observadas no estudo, que mais se distinguem em seus costumes e suas práticas cotidianas.

A exceção começa pelo fato de não serem uma família composta por agricultores, mas sim por artesãos. Entretanto, vale ressaltar que outrora sua subsistência já dependeu da agricultura, quando a família era, inclusive, membro ativo da cooperativa agroflorestal. Contudo, depois de alguns anos de trabalhos agroflorestais em sua área, a família optou por sair da cooperativa e se dedicar exclusivamente ao artesanato através da confecção de cestos de palha, atividade esta passada por gerações na família, como contou a quilombola entrevistada, ensinada pelo patriarca da família (já falecido).

Os cestos são confeccionados pelo pai e pela mãe da família em questão e distribuídos pelo homem a terceiros, em lojas de beira de estrada, para alguns distribuidores de Curitiba (PR), etc. A matéria prima para a confecção dos cestos é retirada dos arredores da casa da família pelo marido da artesã. Quando perguntados sobre o motivo da mudança das atividades econômicas da família, eles responderam que o retorno financeiro com a venda do artesanato é mais rápido que o retorno financeiro agrícola. Portanto, nota-se que o artesanato também faz parte da herança cultural dessas comunidades, pouco praticada pelas demais famílias atualmente.

Além da prática do artesanato, foi possível notar muitas outras atividades realizadas pela família que são herança de seus antepassados. Por exemplo, essa foi a única entre as famílias entrevistadas que declarou seguir o Candomblé, religião de raízes negras, originária de países do continente africano e trazida para o Brasil pelos negros escravizados (vale lembrar que a maior parte dos quilombolas entrevistados são católicos, com uma segunda parte seguindo a religião evangélica). A família ainda apontou em seu depoimento a utilização de plantas medicinais, conhecimento esse adquirido também pelos ensinamentos de seus antepassados. Por fim, na família, mostrou ser uma atividade cotidiana a confecção da farinha de biju, prática muito comum nas terras de remanescentes de quilombos do país, utilizando a mandioca como matéria prima, conhecimento este provavelmente adquirido e incorporado pelos mais antigos devido ao seu contato com povos indígenas.

O destaque dessa família está na relevância que esta confere à preservação do patrimônio histórico e cultural dos quilombos de Barra do Turvo (SP). É possível inferir que a preservação das atividades dos antepassados nesse núcleo familiar é respaldada pela religião adotada por estes (Candomblé), possuindo características legitimamente tradicionais praticadas pelos mais antigos, bem como sua atividade econômica, o artesanato. Essa hipótese

baseia-se na comparação dessa família com as demais famílias das quatro comunidades, adeptas de outras religiões, onde observou-se a ausência das práticas antigas em seu cotidiano. Algumas dessas práticas são marginalizadas pelos preceitos de determinadas religiões.

A entrevistada nº 10, artesã, relatou que não existe interesse por parte dos indivíduos mais jovens para que esses conhecimentos sejam passados adiante, como ela e sua geração (irmãos, primos) tiveram quando seus pais se dispunham a ensinar essas técnicas. Com isso, ela acredita que a cultura corre o risco de se perder com as próximas gerações, uma preocupação que parece ser uma constante nas quatro comunidades da RDS Quilombos de Barra do Turvo (SP) nos dias de hoje.

4.12 Juventude quilombola da RDS Quilombos de Barra do Turvo

As comunidades quilombolas, essencialmente rurais, possuem forte vínculo social, econômico, cultural e religioso com o meio em que vivem. O modo de vida desses grupos foi construído com o passar das gerações até se tornar “tradicional”, intimamente atrelado à agricultura, ao desenvolvimento natural local, aos recursos disponíveis e ao apelo emocional que estes estabeleceram com o meio.

O reconhecimento e a titulação das terras desse grupo não é somente um marco sob a perspectiva política, mas assume um papel simbólico de autonomia e soberania dessas comunidades quilombolas sob o seu território. É instrumento de defesa do patrimônio histórico-cultural, dos direitos étnicos. No caso das quatro comunidades da RDS Quilombos de Barra do Turvo (SP), esse reconhecimento deu-se recentemente, entre os anos de 2008 e 2009.

Entretanto, na maioria dos depoimentos dos agricultores, como também nas visitas às propriedades e no contato com a população mais jovem, foi possível assimilar o desinteresse desse grupo com o modo de vida e de produção desempenhado pela comunidade. A maior parte dos agricultores entrevistados acredita que os jovens estão perdendo o interesse na cultura e no modo de vida tradicional. Estes demonstram ambição em migrar para as grandes

idades, viver o cotidiano urbano e desfrutar das oportunidades de emprego e acesso à informação e a bens de consumo que os grandes centros podem oferecer.

Quando perguntados sobre o interesse dos mais jovens em permanecer nos quilombos, 47,05% dos entrevistados contam que o êxodo dos jovens rumo aos grandes centros urbanos já é uma realidade e que todos estes mesmos entrevistados já possuem algum filho ou sobrinho que não mora mais no quilombo, rumando, em sua maioria, para São Paulo ou Curitiba.

O principal argumento apresentado pelos quilombolas para o êxodo dos indivíduos do grupo de faixa etária abaixo dos 25 anos são as oportunidades de empregos formais oferecidos pelos grandes centros. A maior parte destes jovens não ambiciona trabalhar nas áreas agricultáveis de suas famílias porque não possuem interesse no trabalho agrícola, ou pela necessidade de se ter um emprego estável e registrado, em que este possa ter um salário fixo (usado comumente para ajudar a família), tendo em vista que a agricultura pode ser um domínio econômico instável, dependendo das condições do clima, das oscilações do mercado consumidor e da disponibilidade de recursos e mão de obra.

Além da questão econômica, um fator estimulante para a migração desses jovens para os grandes centros urbanos são os bens de consumo. Ficou evidente durante as visitas às residências das famílias das quatro comunidades que esses jovens anseiam por um estilo de vida mais urbanizado, onde tenham acesso à internet, a telefones celulares, roupas da moda. Esses anseios são alimentados pela glamourização do meio urbano, em detrimento ao cotidiano da vida no campo. Essa glamurização não é um fenômeno recente, onde se tem, desde o pós Revolução Industrial, um processo de mistificação das cidades, onde prega-se que a qualidade de vida é melhor devido a disponibilidade de recursos como saneamento básico, escolas, etc. Entretanto, nos dias de hoje, sabe-se que a realidade nas grandes cidades é outra: há um imenso contingente populacional com demandas nas quais os governos (municipais, estaduais e federais) não são capazes de atender.

Hoje é possível observar o fenômeno inverso ao ocorrido no pós Revolução Industrial: habitantes dos grandes centros urbanos migrando rumo ao meio rural. Com os problemas enfrentados nessas grandes cidades, como trânsito, poluição, déficit nos serviços públicos (como hospitais superlotados, por exemplo), aumento do custo de vida, esses grupos rumam

em direção à zona rural, com o intuito de encontrar um ambiente menos estressante (o chamado “*fugere urbem*”).

Contudo, vale destacar que essas pessoas que participam desse fluxo migratório nos dias de hoje são pessoas que conheceram de perto o contexto urbano, que já experimentaram esse estilo de vida e que procuram resgatar outros valores que não busquem atender um status social ou econômico. A juventude da qual está tratando o presente trabalho nasceu na região de Barra do Turvo (mais especificamente dos quilombos), que não teve contato com o estilo de vida urbanizado, e que busca explorar novos horizontes e novas oportunidades. Não é conveniente criticar esse grupo e nem encarar como uma juventude “fútil”, pois estes somente almejam melhores condições para suas famílias e para si próprios e maior estabilidade financeira.

Essas ambições, atreladas a desvalorização do homem do campo é que ocasionam a saída dessa juventude quilombola rumo aos centros urbanos. É provável que esses jovens não se sintam estimulados a aprender técnicas e práticas de seus acenstras por não enxergarem nenhum tipo de perspectiva nelas. Preferem ter informações do “mundo exterior” via internet a aprender como fazer um cesto de palha. Discutem sobre programas da televisão ao invés de discutirem sobre a história do quilombo. Orgulham-se ao conseguirem um emprego em uma grande loja de departamento em uma cidade, mas não se orgulham das espécies agrícolas de seu quintal.

No caso da juventude quilombola, o fato destes não buscarem um envolvimento com sua cultura e seu cotidiano implica na gradual perda dos conhecimentos considerados tradicionais. Se estes não os absorvem, como poderão passar para as próximas gerações? Não poderão. Tanto do ponto de vista econômico (ou agrícola) quanto do ponto de vista cultural, a reprodução da tradicionalidade que caracteriza o grupo quilombola de Barra do Turvo é critério fundamental na preservação deste grupo étnico (Figura 18). Desta maneira, um questionamento é válido quando se leva em consideração a luta pelos direitos constitucionais quilombolas e as conquistas políticas e territoriais já adquiridas: se os jovens estão perdendo o interesse pela cultura tradicional e não ambicionam em permanecer nas terras de suas famílias, quem herdará as terras quilombolas?

Logicamente essa questão não se limita somente às “terras”, no sentido literal, mas sim a toda a simbologia atrelada a esta, cultural, organizacional, política, etc. Torna-se portanto de

extrema relevância ações voltadas para essa juventude, com o intuito de integrá-los ao dia a dia da comunidade, salientando a importância de se conhecer a própria história e estimulando a permanência destes em suas comunidades de origem.



Figura 18 – Fogão de barro (“taipa”) recebendo a manutenção
Fonte: Kessy Rizental (2012)

4.13 Educação e valorização do trabalhador rural: caminhos para a permanência da juventude

Ao longo do trabalho, foi demonstrado o cotidiano agrícola das quatro comunidades quilombolas da RDS Quilombos de Barra do Turvo, as formas de organização dessas comunidades, as relações estabelecidas por esses agricultores com a cultura e com a história dos mesmos, além das relações estabelecidas com o meio natural circundante e com a gestão da Unidade de Conservação. Também foi demonstrada a preocupação constante por parte dos entrevistados com a saída do grupo de indivíduos mais jovens das comunidades rumo aos centros urbanos.

Frente a esta preocupação, é essencial que os órgãos gestores, tanto da UC quanto do quilombo (Associações) se organizem e desenvolvam iniciativas que visem estímulos a esses jovens para sua permanência em seu território de origem. Esse estímulo pode partir do

princípio do orgulho, ou seja, da valorização dessa cultura e das raízes negras desses jovens, bem como do trabalho agrícola.

A escola pode exercer importante papel no estabelecimento da juventude no campo e em especial dos jovens quilombolas de Barra do Turvo. Se adicionadas às disciplinas regulares temáticas relacionadas à história dos escravos africanos e seus descendentes no Brasil, cultura negra ou mesmo o estabelecimento dos quilombos e o posterior reconhecimento das comunidades remanescentes da região do Vale do Ribeira, pode-se tirar da invisibilidade temas que hoje são tratados de maneira superficial no ensino básico. Para que esses jovens reconheçam e valorizem as lutas dos quilombos é preciso que estes tenham conhecimento da história. Tirar a juventude da alienação é um importante critério na busca por envolvê-los integralmente na causa quilombola.

A disponibilização de um ensino de qualidade também age como uma via para o estabelecimento dos jovens no campo. E não somente escolas de ensino fundamental e médio, como também cursos de ensino superior e técnico, visando à capacitação desses jovens e oferecendo a oportunidade de se tornarem competitivos no mercado.

Outro viés no estímulo à permanência do jovem no campo é a valorização do trabalho agrícola. Grande parte desses jovens rumam em direção aos grandes centros urbanos com o objetivo de se empregar em trabalhos regulares ou com o intuito de estudar (faculdade, curso técnico, etc.). Por outro lado, a economia quilombola de Barra do Turvo é essencialmente agrícola, tradicional ou agroflorestal. Portanto, valorizar o trabalho desses agricultores é estimular esses jovens a seguirem os caminhos da agricultura. Essa valorização pode vir manifestada de diversas formas: através da valoração do produto agrícola (processamento, propaganda, agregar valor aos produtos, etc), maior apoio econômico e de infraestrutura, por parte do governo ou da iniciativa privada.

Pensando na educação como fator de resgate desses jovens às suas origens e a valorização do agricultor, o turismo cultural apresenta-se como uma boa alternativa na busca da permanência da juventude em suas comunidades de origem. Primeiramente, essa opção torna-se viável devido ao potencial ecológico que a região pode oferecer. Com paisagens exuberantes, a região poderia ser mais bem explorada turisticamente. Em segundo lugar, a grande bagagem cultural apresentada pelas quatro comunidades quilombolas da RDS também poderia ser instrumento de atração turística, com sua culinária particular, com as casas

características com suas estruturas próprias (como os fogões de taipa), além das festividades particulares desses grupos. E um terceiro ponto de vista pode ser voltado para o turismo agrícola, ou seja, visitas às áreas de cultivo agrícola das famílias quilombolas, tanto tradicionais como agroflorestais, como já é feita por alguns membros da cooperativa agroflorestal.

Essa vertente do turismo já é conhecida e até mesmo difundida entre as comunidades tradicionais do Vale do Ribeira. Na própria cooperativa agroflorestal de Barra do Turvo, acontecem visitas às áreas de SAF (turísticas, acadêmicas e de agricultores de outras localidades). Entre as comunidades de Barra do Turvo, o turismo cultural poderia ser organizado e gerido pela Associação quilombola de cada comunidade. Como as quatro comunidades se localizam perto da rodovia, o acesso dos turistas é facilitado, e poderia ser estimulado por meio de propagandas e placas ao longo da estrada e nos municípios próximos. Visitas às residências poderiam ser organizadas com o auxílio de guias. Esses guias poderiam ser formados pelos próprios quilombolas e seriam dirigidos aos grupos mais jovens das comunidades, integrando-os a esse projeto e ao cotidiano da comunidade. Refeições servidas com degustação de comidas típicas da região, como frutas e outros produtos agrícolas produzidos pelos quilombolas, farinha de biju e outros quitutes tradicionais dos quilombos.

Para que pudessem ocupar a função de guias, os jovens teriam que se capacitar, e mais ainda, conhecer e dominar a história das comunidades, possibilitando oferecer aos turistas em potencial uma experiência completa sobre os quilombos de Barra do Turvo. Desta maneira, a formação seria para além do profissional, formando cidadãos mais conscientes de seu contexto e de sua importância na história do país. Ainda, possibilitaria a promoção de um sentimento de orgulho em ter a identidade quilombola nesses jovens, uma vez que o fato de pessoas de outros municípios ou até mesmo de outros estados se dirigirem aos quilombos para conhecer sua cultura e o meio em que vivem pode instigar o orgulho desses jovens em ser a ferramenta de acesso dessas pessoas a sua cultura.

De qualquer forma, fica clara a necessidade para que haja esforços, tanto da própria comunidade, quanto do poder público para que esses jovens sejam integrados em projetos que visem trazer uma melhor condição econômica e social para esse grupo de remanescentes de

quilombos em Barra do Turvo (SP), criando condições dignas e justas para sua permanência no campo na busca pela consolidação da tradição quilombola na região do Vale do Ribeira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu fazer uma caracterização dos moradores das quatro comunidades quilombolas da RDS Quilombos de Barra do Turvo (Cedro, Pedra Preta, Ribeirão Grande e Terra Seca), suas atividades agrícolas, sua relação com a identidade tradicional e suas perspectivas para o futuro das comunidades.

De modo geral, os quilombolas são essencialmente agricultores (uma exceção), e suas práticas nas áreas de cultivo podem determinar diretamente sua relação com a tradicionalidade dos quilombos. Eles dividem-se em dois grandes grupos, os agricultores tradicionais, tendo como base o cultivo por meio da queimada e do roçado, e os agricultores agroflorestais, que possuem sistemas agroflorestais bem desenvolvidos em suas áreas, e se organizam através de uma cooperativa agroflorestal. A agricultura cumpre o papel de principal fonte de renda para as famílias, além de garantir sua segurança alimentar.

É possível perceber a dicotomia da agricultura manifestada não só em sua relação com a identidade quilombola, como também no status econômico e social de cada família. Os agricultores agroflorestais, por possuírem mais diversidade de espécies cultiváveis em suas áreas, conseguem gerar renda durante o ano todo, garantindo assim certa estabilidade financeira e consequentemente melhor condições de vida. Já entre os agricultores tradicionais, percebeu-se certa dependência com programas governamentais (como o PAA, por exemplo), talvez por sua produção agrícola não suprir totalmente as demandas dessas famílias. Também foram observadas atividades complementares à renda doméstica entre essas famílias, como fabricação de queijo, confecção de açúcar mascavo, ou trabalhos remunerados como manutenção da rodovia.

Essas atividades influenciam de forma direta como cada família se relaciona com a herança cultural deixada por seus antepassados. Todos se sentem contemplados pela identidade quilombola, seja no âmbito agrícola, seja no âmbito cultural. Os agricultores agroflorestais, por seguirem os preceitos adotados pela Agroecologia, alegam não

preservarem as práticas adotadas por seus antepassados acerca da agricultura de coivara. Contudo, estes afirmam que se sentem atrelados a essa cultura, por fazerem parte do grupo, e buscam conciliar as novas técnicas incorporadas ao seu cotidiano pela Agroecologia com seu modo de vida tradicional quilombola. Já os agricultores tradicionais estão diretamente ligados ao conhecimento passado de geração para geração, por ainda praticarem em suas áreas agricultáveis as mesmas atividades de seus antepassados. Estes manifestam certa resistência frente às novas técnicas trazidas para a comunidade, e se sentem fortemente atrelados à cultura tradicional quilombola.

De qualquer forma, todos os entrevistados consideram de extrema importância à preservação de sua cultura tradicional e manifestaram preocupação frente à juventude, que cada vez mais abandona suas comunidades de origem rumo aos centros urbanos, em busca de empregos formais ou em busca de melhores condições de vida e acesso a serviços e bens de consumo. Esse êxodo dos grupos jovens das comunidades causa preocupação, dada à característica primordial de uma cultura tradicional: ela é passada de geração para geração.

Torna-se importante, portanto, planejamento e iniciativas, tanto do poder público quanto por parte das próprias Associações quilombolas que incentivem e estimulem essa juventude a se integrarem ao cotidiano das comunidades, absorverem sua história e sua cultura, assegurando a soberania desses grupos diante de seu território. O turismo cultural mostra-se, nesse sentido, como uma alternativa viável e promissora, dado o potencial ecológico e cultural da região, como já praticado em outras comunidades quilombolas do próprio Vale do Ribeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: As bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, S.I., ano 2, nº 5, p. 79-92, set. 1999.

BIM, O. J. B. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo**: conservação, conflitos e soluções socioambientais. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BORN, P. A. **A adoção da identidade quilombola nos bairros de Terra Seca e Ribeirão Grande (Barra de Turvo - SP) e os conflitos pelo uso da terra**. 2012. 86 f. Dissertação (Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial da União*. Brasília, Distrito Federal, 18 de julho de 2000.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

CANDIDO, A. Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. In: JACKSON, L. C. **A tradição esquecida: Os parceiros do rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (orgs). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Paraná: Instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Paraná, 2011.

CARVALHO, J. A. M. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. In: SEMINÁRIO “Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica”, 1993, Rio de Janeiro. Texto para discussão. Disponível em: <<http://150.164.82.140/pesquisas/td/TD%20227.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COOPERA Floresta. Associação dos agricultores agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR. 2006. Disponível em: <<http://cooperafloresta.org.br/>>. Acesso em: 21 maio 2012.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

FIDELIS, L. M. **Agricultura quilombola e suas interfaces com a agroecologia: história e tradições ligadas à agricultura tradicional do quilombo João Surá**. 61 f. Dissertação (Pós-graduação em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa) – Setor de Ciências Agrárias – Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2006.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico – metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. [S.I.]: UNESP, 2008. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/girardi_ep_dr_prud.pdf>. Acesso em: 22 março 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología**: procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002.

HADDAD, C. L., GARAVELLO, M. E. P. E. Diferença e identidade no direito socioambiental contemporâneo: uma análise das consequências da aplicação de normas jurídicas ambientais na manutenção da cultura quilombola. **Direitos culturais**, Santo Ângelo, v. 5, n. 9, p. 35-48, jul./dez. 2010.

IAMAMORO, A. T. V.; CARON, D. Agroecologia, agrofloresta e emancipação social para um “outro” desenvolvimento. **Revista Brasileira de Agroecologia**, S.I., v. 2, n. 1, p. 1633-1636, fev. 2007.

ISA. **Instituto Socioambiental**. 2013. Disponível em:
<<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/vale>>. Acesso em: 03 maio 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. In: SILVA, R. A. **Levantamento socioambiental do acampamento Elisabete Teixeira, Limeira/SP**: subsídio ao incentivo de práticas agroecológicas. 2008. 106 f. TCC (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Rio Claro, 2008.

MARCON, M.; SORRENTINO, M. Fatores relacionados à sensibilização de agricultores de Barra do Turvo/SP na adoção de agroflorestas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 4. 2002, Ilhéus. **Anais eletrônicos...** Disponível em:
<http://www.agrofloresta.net/static/artigos/barra_do_turvo_marcon.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

MAROUELLI, R. P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. 2003. 64 f. Dissertação (Pós-graduação em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) – ISEA-FGV, Distrito Federal, Brasília, 2003.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2012. Disponível em:
<<http://portal.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2010. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

MOSCOVICI, S. Hommes domestique, hommes sauvages, In: DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa – Conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa participante**, 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.

OLIVEIRA-SILVA, J. J.; ALVES, S. R.; MEYER, A.; PEREZ, F.; SARCINELLI, P. N.; MATTOS, R. C. O. C.; MOREIRA, J. C. Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil. **Revista Saúde Pública**, S.I., ano 35, n. 2, p. 130-135, 2001.

OSAKI, F.; DAROLT, M. R. Estudo da qualidade de cinzas vegetais para uso como adubos na região metropolitana de Curitiba. **Rev. Setor Ciências Agrárias**, n. 11, 1989.

PEDROSO JR, N. N. **No caminho dos antigos**: agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira-SP. 2008. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1968.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2013.

PODADERA, D. S.; COSTA JR., E. A.; CARDOSO-LEITE, E.; PIÑA-RODRIGUES, F. C. M. Difusão dos sistemas agroflorestais na Mata Atlântica: estudo de caso do Vale do Ribeira. In: MING, L. C.; SILVA, R. B (ed.). **Relatos de pesquisas e outras experiências vividas no Vale do Ribeira**. Jaboticabal: Maria de Lourdes Brandel – ME, 2010. p. 257-274.

RESENDE, R. U. **As regras do jogo**: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. São Paulo: Fapesp, 2002.

RIGOTTI, J. I. R. A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista brasileira de estudos de população**, S. I., v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2001.

SANTOS, K. M. P. **A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)**. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) – ESALQ-USP, São Paulo, Piracicaba, 2005.

SÃO PAULO. **ICMS Ecológico – Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/politicas-publicas/icms-ecologico/>>. Acesso em: 05 maio 2013.

SEADE: **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. 2013. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 22 abril 2013.

SILVA, J. A. A. **O Código Florestal e a ciência**: contribuições para o diálogo. 2. ed. São Paulo: SBPC, 2012.

SILVA, R. A. **Levantamento socioambiental do acampamento Elisabete Teixeira, Limeira/SP**: subsídio ao incentivo de práticas agroecológicas. 2008. 106 f. TCC (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Rio Claro, 2008.

SIMINSKI, A.; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência rural**, Santa Maria, v. 37, n. 3, mai./jun. 2007.

VIERTLER, R. B. Contribuições da antropologia para a pesquisa em etnobiologia. In: KUBO, R. R. et al (Orgs.). **Atualidade em etnobiologia e etnoecologia**. 1. ed. v. 3. Recife: Nupea/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006. p. 211-222.

ANEXO A
Roteiro das entrevistas

Entrevista n° _____

Data: _____/_____/2012

PARTE I – Perfil do agricultor

1.1.Nome.

1.2.Data de nascimento

1.3.Tem filhos?

1.4.Quantos?

1.5.Nº de moradores da casa.

1.6.Nasceu na região? () SIM

() NÃO – Onde nasceu? _____ / Quando veio
morar na região? _____

1.7.Como se dá a subsistência da família? (produção, trabalho na cidade, etc.)

1.8.Qual sua atividade principal?

1.9.Além de você, alguém da sua família trabalha? Em qual função?

1.10. Qual o grau de escolaridade dos membros da família?

1.11. Conte um pouco sobre sua história de vida.

PARTE II – Agricultura e subsistência da família

2.1.Titular do lote:

2.2.Tamanho da área:

2.3.Seus antepassados eram agricultores?

2.4.Cite as razões que levaram o senhor (a) a trabalhar na área rural?

2.5. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas por um agricultor?

2.6.Conte quais são as principais espécies agrícolas cultivadas em sua área.

2.7.Qual a mão de obra utilizada na área?

2.8. Conte um pouco sobre o solo da região. Ele é bom para que tipo de plantio? Existe algum problema? Se sim, o que você faz para melhorar a fertilidade?

2.9. Utiliza insumos químicos? (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos).

SIM () – Quais?

NÃO () - Se não, porque não utiliza?

2.10. Você acha que o uso de veneno/agrotóxico é perigoso?

() Sim () Não

2.11. Que insumos utiliza?

2.12. Você já ouviu falar em Agroecologia? Fale um pouco sobre o que você entende sobre o assunto

2.13. Há alguma nova técnica sendo desenvolvida em sua área? Fale sobre ela.

2.14. É feito algum tipo de processamento dos alimentos para a comercialização? Caso negativo, seria interessante? Qual produto?

2.15. Há assistência técnica? Como é?

2.16. Recebem algum tipo de crédito?

2.17. Qual o destino atual de sua produção?

() Consumo () Venda () Trocas (especificar)

() Outro: _____

PARTE III – A identidade quilombola

3.1. Você se identifica com as práticas que eram feitas por seus antepassados?

3.2. Qual é a sua relação com a chamada “identidade quilombola”?

3.3. Como você se sente sendo um agricultor quilombola? A identidade quilombola tem influência sob os meios de cultivo de sua família?

3.4. Conte um pouco sobre a participação das Associações na vida das famílias quilombolas.

- 3.5.Qual a sua opinião sobre a criação da RDS?
- 3.6.Os membros mais novos de sua família pretendem permanecer futuramente no quilombo?
- 3.7.Ter a identidade quilombola reconhecida trás algum benefício para as comunidades em sua opinião?
- 3.8.Conte um pouco sobre as práticas agrícolas tradicionais que o senhor (a) aplica em sua área.
- 3.9.Conte um pouco sobre o conhecimento de plantas medicinais da família.
- 3.10. Como a comunidade se organiza frente à produção agrícola? Coletivamente? Individualmente?

PARTE IV – Ambiente e percepção ambiental

- 4.1.Como você identifica a vegetação do entorno? Onde ela está localizada?
- 4.2.Qual o seu envolvimento com a preservação dessas matas?
- 4.3.Extrai alguma matéria-prima?
- 4.4.Se não extrai, gostaria de utiliza-la? Porque não a utiliza?
- 4.5. Pratica alguma atividade preservacionista?
- 4.6.Você sabe o que é mata ciliar? Sim () Não ()
- 4.7.Você acha que a mata ciliar da região está de acordo com a legislação?
- 4.8.Quais problemas com relação à conservação da natureza você observa na RDS?
- 4.9.O que acha que poderia ser feito para melhorar isso?
- 4.10. Conselhos/ lições aprendidas/ histórias...

OBSERVAÇÕES

1. Espécies cultivadas
2. Práticas conservacionistas

3. Manejo do solo
4. Rotação e consorciação de culturas
5. Quais tecnologias detêm.
6. Infraestrutura

Rio Claro, _____ de _____ de 2013

Orientador: Prof.^a. Dr.^a Bernadete Ap. C. C. Oliveira

Discente: Kessy Rizental da Silva